



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Mônica Couto Zeno

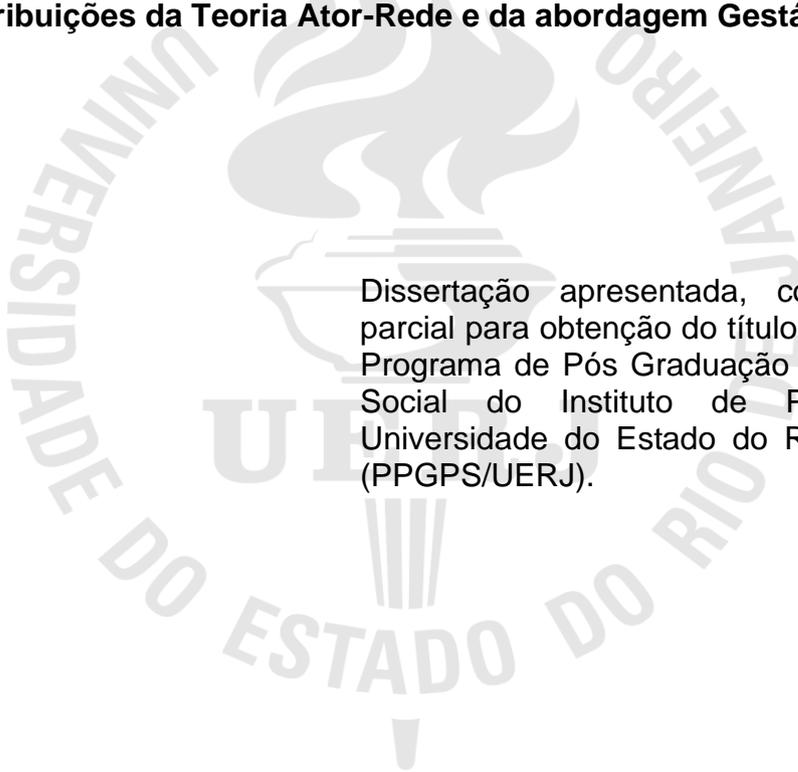
**Pensando a Orientação Profissional como um campo de forças
múltiplas: contribuições da Teoria Ator-Rede e da abordagem
Gestáltica**

Rio de Janeiro

2020

Mônica Couto Zeno

**Pensando a Orientação Profissional como um campo de forças múltiplas:
contribuições da Teoria Ator-Rede e da abordagem Gestáltica**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGPS/UERJ).

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Laura Cristina de Toledo Quadros

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

Z55	<p>Zeno, Mônica Couto. Pensando a Orientação Profissional como um campo de forças múltiplas: contribuições da Teoria Ator-Rede e da abordagem Gestáltica / Mônica Couto Zeno. – 2020. 66 f.</p> <p>Orientador: Laura Cristina de Toledo Quadros. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.</p> <p>1. Psicologia Social – Teses. 2. Orientação Profissional – Teses. 3. Gestalt-terapia – Teses. I. Quadros, Laura Cristina de Toledo. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.</p>
es	CDU 316.6

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Mônica Couto Zeno

**Pensando a Orientação Profissional como um campo de forças múltiplas:
contribuições da Teoria Ator-Rede e da abordagem Gestáltica**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós Graduação em Psicologia Social do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGPS/UERJ)

Aprovada em 31 de março de 2020

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Laura Cristina de Toledo Quadros (Orientadora)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Prof.^a Dr.^a Ângela Maria Carneiro Silva
Universidade Federal Fluminense - UFF

Prof.^a Dr.^a Luiza Rodrigues de Oliveira
Universidade Federal Fluminense - UFF

Rio de Janeiro

2020

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha filha Isabela Sayuri pelo simples fato de amá-la e por ela me lembrar que amar coloca em perspectiva as prioridades da vida e espero que a minha ausência, enquanto escrevia esse mestrado, tenha proporcionado o aprendizado de valores como comprometimento, afinho e esforço.

AGRADECIMENTOS

A todos os professores que compartilharam comigo conhecimentos e experiências e que possibilitaram que minha visão de mundo fosse ampliada. Em especial, aos professores Alexandra Tsallis, Andreia Saraiva, Hugo Elídio Rodrigues, Luciana Loyola Soares, Marilu Lisboa e Maria das Graças Gouveia, Mariama Furtado e Rômulo Ballestê, pelas incontáveis vezes que a aula foi bem mais do que uma aula.

A minha orientadora Laura Quadros, que de forma carinhosa, paciente e com a sua forma lúcida de ser, me orientou nessa pesquisa e me acolheu nas muitas incertezas do caminho.

Aos Professores da Banca Examinadora que prontamente aceitaram participar dessa Defesa.

Aos muitos autores e escritores que me brindaram com suas narrativas e seus relatos, me oferecendo não só reflexões, mas afetos e afetações.

O Claudio Fernando por seu companheirismo, compreensão e pelas muitas vezes que me acolheu ao longo dessa dissertação.

Meu agradecimento especial a José Mauro Garcia pela sua “ajuda” preciosa.

Aos meus pais que me ofereceram, amorosamente, o que tinham de melhor para oferecer e ao meu irmão pelas incontáveis trocas. Em especial a minha avó materna, meu exemplo mais próximo de uma mulher forte, ousada e interessada em ser feliz.

A UERJ, por me apresentar novas realidades que me promoveram muitas reflexões.

A CAPES, ainda que a bolsa de mestrado tenha sido recebida tardiamente, foi essencial para que essa dissertação pudesse ser escrita.

Em especial a toda a minha rede de cuidado amigos e demais familiares que não foram citados, mas que, direta ou indiretamente participaram desse trabalho, me incentivando e me acolhendo em diversos momentos.

SE EU FOSSE ENSINAR

Se eu fosse ensinar a uma criança a arte da jardinagem,
não começaria com as lições das pás, enxadas e tesouras de podar.
Levaria a passear por parques e jardins,
mostraria flores e árvores, falaria sobre
suas maravilhosas simetrias e perfumes; levaria a livraria para que ela visse,
nos livros de arte, jardins de outras partes do mundo.
Aí, seduzida pela beleza dos jardins,
ela me pediria para ensinar-lhe
as lições das pás, enxadas e tesouras de podar.

Se fosse ensinar a uma criança a beleza da música
não começaria com partituras, notas e pautas.
Ouviríamos juntos as melodias mais gostosas músicas. Aí, encantada com a beleza
da música, ela mesma me pediria que lhe ensinasse o mistério daquelas bolinhas
pretas escritas sobre cinco linhas. Porque as bolinhas pretas e as cinco linhas são
apenas ferramentas para a produção da beleza musical.

A experiência da beleza tem de vir antes.

Se fosse ensinar a uma criança a arte da leitura
não começaria com as letras e as sílabas. Simplesmente leria as histórias mais
fascinantes que a fariam entrar no mundo encantado da fantasia.
Aí então, com inveja dos meus poderes mágicos, ela queria que eu lhe ensinasse o
segredo que transforma letras e sílabas em histórias.

É assim.

É muito simples.

RESUMO

ZENO, Monica Couto. **Pensando a Orientação Profissional como um campo de forças múltiplas**: contribuições da Teoria Ator-Rede e da abordagem Gestáltica. 2020. 66 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2020.

A presente pesquisa pretende instaurar uma reflexão acerca dos discursos e das práticas de Orientação Profissional, enquanto uma área de conhecimento da Psicologia, tendo como contribuição metodológica a Teoria Ator-Rede e como inspiração teórica a abordagem gestáltica. Concebemos a Orientação Profissional, fundamentalmente, em função do seu papel como uma prática de inserção da pessoa no mundo produtivo do trabalho. Nesse sentido, nossa compreensão é que a Orientação Profissional assume uma tarefa relevante, essencial e política, dado os efeitos produzidos pelo mundo do trabalho e a dimensão com que este ocupa na vida humana. Entendemos que há um entrelaçamento indissociável entre os sentidos e significados do trabalho que circulam por coletivos híbridos e o ato da escolha profissional. Com a contribuição da Teoria Ator-Rede, propomos que a dimensão trabalho seja entendida como um agente que opera associado a outros. Sua atuação é produzida pelo agenciamento de um conjunto de elementos híbridos e heterogêneos que, em rede, engendram uma multiplicidade de modos de agir, modos de escolher e modos de trabalhar. Com essa proposição, buscamos nos afastar de quadros teóricos que explicam o ato da escolha profissional a partir de paradigmas fundamentados na dissociação pessoa/meio, e em referenciais que partem de modelos essencialistas, generalistas e reducionistas em prol de uma perspectiva mais ampla e, ao mesmo tempo, singularizada e apoiada na lógica do cuidado proposta por Annemarie MOL.

Palavras-chave: Orientação Profissional. Escolha Profissional. Conflito. Abordagem Gestáltica. Teoria Ator-Rede.

ABSTRACT

ZENO, Monica Couto. **Thinking of Professional Guidance as a field of multiple forces**: contributions from the Actor-Network Theory and the Gestalt approach. 2020. 66 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2020.

The propose of this research is provide a reflection on the discourses and practices of Professional Guidance, as an area of knowledge of Psychology, having as methodological contribution the Actor-Network Theory and as inspiration the gestalt approach. We conceive Vocational Guidance, fundamentally, in function of its role as a practice of insertion of the person in the productive world of work. In this sense, our understanding is that Professional Guidance takes on a relevant, essential and political task, given the effects produced by the world of work and the dimension it occupies in human life. We understand that there is an inseparable interweaving between the senses and meanings of work that circulate through hybrid collectives and the act of professional choice. With the contribution of the Actor-Network Theory, we propose that the work dimension is understood as an agent that operates in association with others. Its performance is produced by assembling a set of hybrid and heterogeneous elements that, in a network, generate a multiplicity of ways of acting, ways of choosing and ways of working. With this proposition, we seek to move away from theoretical frameworks that explain the act of professional choice based on paradigms based on the dissociation between person and environment, and on references that start from essentialist, generalist and reductionist models in favor of a broader perspective and, at the at the same time, singularized and supported by the logic of care proposed by Annemarie MOL.

Keywords: Professional Guidance. Professional Choice. Conflict. Gestalt Approach. Actor-Network Theory.

SUMÁRIO

	APRESENTANDO A PROPOSTA PARA ESSA PESQUISA	9
1	SITUANDO A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL	19
1.1	Modalidade Estatística: a quantificação dos fenômenos psicológicos	21
1.2	Modalidade Clínica: o trabalho de orientação profissional ganha amplitude	22
1.3	Orientação Profissional: Divergências ou confluências?	23
2	O MUNDO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE E AS PRÁTICAS DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL	25
2.1	Reflexões acerca do sentido do trabalho na OP	28
2.2	O capitalismo, a lógica da escolha e a lógica do cuidado: Convocando Annemarie Mol para a discussão	40
3	ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: UMA PRÁTICA QUE OPERA EM UM CAMPO DE FORÇAS MÚLTIPLAS	48
3.1	Escolha profissional: um fenômeno singular e de campo	48
3.1.1	<u>Conceito de Campo ou “espaço vital”</u>	50
3.1.2	<u>A noção de tensão e forças psicológicas</u>	51
3.1.3	<u>Conceito de fronteira e barreira</u>	52
3.1.4	<u>Conceito de Vetor e Valência</u>	53
3.2	Que realidades a prática da orientação profissional, faz existir?	56
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
	REFERÊNCIAS	64

APRESENTANDO A PROPOSTA PARA ESSA PESQUISA

A presente pesquisa pretende instaurar uma reflexão acerca dos discursos e das práticas de Orientação Profissional, enquanto uma área de conhecimento da Psicologia, tendo como contribuição metodológica a Teoria Ator-Rede e como inspiração teórica, a abordagem gestáltica. Concebemos a Orientação Profissional como uma prática que investiga o fenômeno da escolha profissional objetivando tanto explicar como intervir no dinamismo de forças múltiplas que associadas umas às outras, performatizam e convocam à tomada de decisão para a escolha profissional intervindo, assim, na dissolução do impasse que emerge como resposta a este fenômeno. Fundamentalmente, entendemos a Orientação Profissional em função do seu papel como uma prática de inserção da pessoa no mundo produtivo do trabalho. Nesse sentido, nossa compreensão é que a Orientação Profissional assume uma tarefa relevante, essencial e política, dado os efeitos produzidos pelo mundo do trabalho e a dimensão com que este ocupa na vida humana. O trabalho na contemporaneidade é marcado por mudanças aceleradas impulsionadas pelas inovações tecnológicas e por um cenário de instabilidade, imprevisibilidade e precariedade das condições laborais que acabam repercutindo, objetivamente e subjetivamente, na experiência humana no trabalho. Dessa forma, embora o lócus dessa pesquisa não seja o trabalho na contemporaneidade, entendemos que seja um tema indissociável com a prática de Orientação Profissional.

O interesse nessa pesquisa recai sobre o processo de escolher uma profissão e o campo de onde esta ação emerge. A motivação para feitura desse trabalho está associada à minha trajetória pessoal, enquanto psicóloga interessada na dinâmica da relação homem-trabalho e suas implicações na existência humana. Portanto, a escolha desse tema é uma busca de aprofundá-lo e organizá-lo melhor, tanto para minha própria compreensão, como para compartilhar inquietações surgidas durante meu contato com a Teoria Ator-Rede - TAR. Foi a partir de uma escuta clínica atravessada por narrativas impregnadas dos efeitos produzidos pelo sentido e significado do trabalho na contemporaneidade que surgiu a incômoda sensação de que, tanto a dimensão clínica da prática psicológica, como a prática da Orientação Profissional, parecem desatentas e, até mesmo indiferentes, aos engendramentos de modos de viver e significar o trabalho nesses novos tempos. Embora, o trabalho e seus desdobramentos na saúde mental e na reconfiguração de valores éticos e morais

da pessoa sejam temas recorrentes nas pesquisas em Psicologia e outros campos do saber, parece-nos que a escuta clínica está descontextualizada com esta dimensão da vida humana. Desse modo, somos levados a concluir que tanto o psicólogo clínico como o orientador profissional têm a pretensão de intervir no sofrimento advindo da relação homem-trabalho, sem, contudo, conhecer a lógica que estrutura a dinâmica do mundo do trabalho no sistema capitalista. Se assumirmos que o psicólogo clínico e o orientador profissional não estão, suficientemente, familiarizados com o modo - instrumentos, práticas, objetos, leis, documentos, tecnologia, discursos etc. - que o mundo do trabalho opera, podemos indagar se as intervenções clínicas não estariam, como consequência, imputando na pessoa a culpabilização e responsabilização pelo seu próprio sofrimento.

Guiada pela prática vivida, percebi que a dimensão trabalho provoca uma grande mobilização na saúde física, emocional e psicológica da pessoa, logo foi a partir da compreensão de como esta dimensão afeta a totalidade humana, que me interessei por uma intervenção clínica psicoprofilática. Isto é, que colocasse em primeiro plano intervenções de natureza preventiva e promotora da saúde física e mental corroborando, assim, com a adoção de comportamentos saudáveis e integrativos. Mas, foi no contato com o pensamento de MOL (2008) que ampliei a perspectiva de pensar o trabalho da Orientação Profissional como uma prática de cuidado. O cuidado, como compreendido por MOL, não se restringe à relação *entre* duas pessoas (orientador-orientando), vai além, inclui outros agentes que articulados compõem uma rede de cuidado, que não é dada aprioristicamente, pois é construída por ações singularizadas e convocadas localmente. Para MOL o conceito de cuidar é multifacetado, pois é performado em muitas possibilidades de cuidar.

Foi na articulação do campo vivencial da clínica *com* a leitura de diversos autores, que fui pensando o trabalho da Orientação Profissional como um agente potencializador de múltiplas formas de viver e trabalhar, o que implica em intervenções que abarquem a existência em sua totalidade, ou seja, que não restrinjam a vida a uma única dimensão - como temos vistos na contemporaneidade - a supervalorização da dimensão trabalho. Nossa compreensão é que as intervenções do orientador profissional devem favorecer com que o orientando, por ele mesmo, focalize o campo dinâmico de forças que geram tensão no momento da escolha. Porém, não se espera a dissolução ou sobreposição dessas forças, mas sim a ampliação da capacidade de sustentar as ambiguidades e incertezas enfatizando a situação vivida como singular e

única e que, por isso mesmo, não pode ser apreendida a partir de universalidades e abstrações. Na perspectiva da abordagem gestáltica, o trabalho de OP é desenvolvido no sentido de favorecer que a pessoa se aproprie do próprio referencial, focalizando as forças presentes no campo no momento da escolha profissional e como essas atuam impedindo ou limitando o crescimento, entendido aqui pelo seu aspecto relacional com o mundo. Também entendemos que a orientabilidade para a questão da escolha profissional e à conseqüente construção de um projeto profissional deva, necessariamente, incluir esclarecimentos da concretidade do mundo trabalho - no que diz respeito às exigências e restrições impostas por ele no exercício da plenitude da vida – assim como, a sua função social. Assim, norteadas pelas questões apresentadas aqui, busquei uma formação no campo da Orientação Profissional como contributo para intervenções que privilegiassem a vida em sua potencialidade, integridade e seus aspectos relacionais.

Considero importante trazer a trajetória percorrida para a escrita desse texto, não só para situar o leitor acerca dos caminhos que impulsionaram essa pesquisa, mas também por entender que ao escolher a metodologia da Teoria Ator-Rede - TAR para embasar essa pesquisa, sou convocada a manifestar o quanto a questão aqui apresentada produz em mim afeto e afetações. Portanto, ainda que essa pesquisa se dê num campo bibliográfico, sua essência é viva, pois as questões delineadas aqui partem das inquietações e vivências de uma prática. Assim, os resultados dessa prática reverberaram na pesquisadora em reflexões, ideias e em um desejo de contribuir para que o tema trabalho seja considerado relevante tanto no campo da pesquisa como nas práticas interventivas clínicas no campo da Orientação Profissional. Propomos assim que o trabalho seja compreendido como um agente que opera associado a outros, formando uma rede heterogênea que engendra uma multiplicidade de modos de agir, modos de escolher e modos de trabalhar.

Para nos guiar ao longo dessa pesquisa propomos as seguintes indagações: *Será que a orientação profissional enquanto prática, produz engessamentos? Que forças são distribuídas na rede construída pelo agenciamento desses agentes? O sentido do trabalho é uma força investigada (ou mesmo considerada) nas práticas de orientação profissional? Será que às práticas de orientação profissional estão atentas às incessantes transformações na dinâmica, no mercado e no mundo do trabalho?*

A partir dessas indagações, nossa proposta, então, é trazer outras possibilidades para pensar o fenômeno da escolha profissional, convidando outras

vozes que, como consequência, formularão novas perguntas. Esperamos com isso, desestabilizar velhos argumentos, e, principalmente, promover uma discussão do tema sem, contudo, delimitar ou impor limites a investigação do fenômeno e muito menos formular modelos explicativos. Dessa forma, iremos propor um diálogo com as práticas de Orientação Profissional existentes, buscando estudar o fenômeno da escolha profissional a partir das contribuições da Teoria Ator-Rede - TAR, metodologia que orienta esse percurso de mestrado, e de alguns pressupostos da abordagem gestáltica, abordagem clínica que permeia minha trajetória nessa área.

A Teoria Ator-Rede, denominada TAR, é uma corrente da pesquisa em teoria social que teve início a partir da década de 1980. Originou-se na área de Estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade a partir dos estudos de antropólogos, sociólogos e engenheiros, com destaque para os pesquisadores: Bruno Latour, Michel Callon e John Law, entre outros. A TAR se desenvolveu a partir do debate acerca das possibilidades de se estabelecer limites entre a relação sociedade e tecnologia. Nosso interesse em usar a Teoria Ator-Rede como contribuição teórica e metodológica deve-se, principalmente, pela possibilidade de pensarmos o social, não no sentido de domínio especial, de uma categoria dada de antemão que alude a um estado de coisa estável, como LATOUR adverte: “recorrer a chamada “explicação social” é uma maneira contraproducente de interromper o movimento de associações, em vez de retomá-lo” (2012; p.26) e ainda “aludir ao “adjetivo social” é confundir aquilo que se deveria explicar com a explicação” 2012; p.27). Assim, essa pesquisa tem como proposta pensar no social como algo fabricado pelas associações e conexões de elementos heterogêneos que agem em um processo contínuo de fazer e desfazer realidades. Nessa direção, é possível repensar a realidade, não mais como algo dado de antemão, de caráter estável e imutável e determinado, mas sim a partir da percepção de que a realidade é performada, ou seja, é feita de diferentes formas, nos indicando o caráter localizado, histórico, cultural e material. Isto é, as práticas de pesquisas e práticas cotidianas produzem novas formas de se fazer a realidade.

A Teoria Ator-Rede - TAR apresenta-se quanto uma metodologia mais apropriada para essa pesquisa, pois nos possibilita investigar criticamente fenômenos sociais, sem querer, contudo, isolar saberes e dimensões que possam oferecer uma reflexão mais ampla para a abordarmos o social. Assim, seguiremos a orientação de LATOUR, um dos autores da Teoria Ator-Rede: “não estou interessado em desmentir – provar que as outras teorias estão erradas – e sim em fazer propostas” (2012, p.

32). Também nos inspiraremos na abordagem gestáltica, principalmente, em dois pressupostos que alicerçam a sua visão de homem e de mundo: o Holismo e a Teoria de Campo. A visão holística refere-se ao homem enquanto totalidade, um todo integrado, ou seja, os fenômenos biológicos e psicológicos são considerados como totalidades irreduzíveis à soma de suas partes. O homem, assim, é pensado como um todo integrado, ou seja, mente e corpo e suas manifestações na maneira de sentir, pensar e agir, formando partes de um todo indivisível. Mas a visão holística da abordagem gestáltica vai além, compreendendo o homem enquanto parte de uma totalidade inserida em uma esfera ainda mais ampla. O homem é parte de um todo, que inclui a sociedade, o mundo e o universo e com o qual se encontra em constante interrelação, em uma construção mútua com o seu meio, e daí que se depreende a noção de indissociabilidade defendida pela abordagem gestáltica entre o homem-meio. A noção de holismo embasa também as proposições da Teoria de Campo desenvolvida por Kurt Lewin.

A Teoria de Campo considera os fenômenos psicológicos uma função do campo formada pela relação indivíduo-meio, assim, um fenômeno deve ser investigado levando-se em conta o todo da realidade humana, representado por uma pessoa diferenciada e circundada por um meio também diferenciado, onde pessoa e meio são interdependentes e estão interconectados. Desta forma, a Teoria de Campo nos permite abrir mão de teorias que explicam o ato da escolha profissional a partir de paradigmas que implicam na dissociação do homem ao meio, apostando em referenciais que partem de modelos inatistas e essencialistas, ou mesmo de proposições sociologistas e economicistas.

Muito do que vem sendo desenvolvido no campo da Orientação Profissional dirige-se mais para o campo da intervenção profissional, ou seja, a tarefa em si da Orientação Profissional (o “como fazer”, “com que instrumentos”, “com quem fazer”), do que o estudo e investigação do fenômeno da escolha. Ou seja, há uma maior preocupação com a prática do que com uma fundamentação teórica consistente e interessada no estudo da questão do problema (BOCK 2018 p.15). Isso se torna perceptível considerando, por exemplo, que, tradicionalmente, as pesquisas desenvolvidas ressaltam o caráter multideterminado do fenômeno da escolha profissional, descrevendo-o a partir de noções gerais e amplas. Tais definições enfatizam a relação dinâmica e dialética existente entre a pessoa e seu contexto social, bem como a existência de determinantes que atuam a partir de uma pluralidade

de fatores e que, em alguma medida, influenciam e interferem no processo da escolha profissional. No entanto, instigados pela metodologia da Teoria Ator-Rede, questionamos o quanto essas explicações parecem se situar em um campo simplista e menos reflexivo, pois nos parece que deixam de fora a complexidade, multiplicidade, os pontos controversos e a heterogeneidade de elementos humanos e não humanos que se fazem presentes no campo de forças híbridas de onde o fenômeno emerge. Dessa forma, entendemos que essa rede - emaranhada de relações, sentidos e significados, narrativas, objetos - precisa ser melhor investigada e problematizada sem lançar mão de teorias prévias e generalistas que evocam certo estado de coisas como imutáveis. Pois, segundo a Teoria Ator-Rede, afirmar o fenômeno da escolha como uma manifestação da relação pessoa-contexto social não explica com que liga estes elementos se associam e que agenciamentos são operados no processo, logo não basta apontar a existência de determinantes, sem descrever como tais elementos constitutivos agem e fazem agir.

As investigações dessa pesquisa também serão embasadas pelas contribuições de MOL e LAW (2003), no que diz respeito a noção de política ontológica. Para esses autores, as práticas de pesquisa são performativas, ou seja, produzem realidades. Segundo MOL (1999) “a realidade não precede o conhecimento, ela é feita, performada no processo de conhecer”. Nesta perspectiva, o que importa não é somente a questão epistemológica, mas sim que realidades são produzidas a partir das práticas, ou seja, a questão é política no sentido proposto por Law (2004) e MOL (2007).

O trabalho foi organizado em três capítulos. No primeiro capítulo iremos apresentar questões relacionadas ao surgimento da Orientação Profissional que está vinculado com a expansão do sistema produtivo industrial ocorrido na segunda metade do século XIX. Descrevemos seu surgimento sem perder de vista a crítica ao caráter prático-utilitário de sua proposição original cuja centralidade do seu trabalho era em identificar trabalhadores aptos para garantir os altos níveis de produtividade, ou seja, uma prática que privilegiava o capital em detrimento dos interesses humanos. Nesse mesmo capítulo, também apresentamos as modalidades de Orientação Profissional: estatística e clínica. Apontamos as divergências teóricas acerca do fenômeno da escolha profissional que, efetivamente, se referem: a forma de conceber o indivíduo em relação a escolha profissional; a forma de se perceber responsável pelo processo de escolha e a forma como cada uma delas se instrumentaliza para

intervir no fenômeno. Ao final do capítulo, propomos uma reflexão sobre as convergências e divergências das duas modalidades.

No segundo capítulo trataremos dos aspectos que motivaram esta pesquisa, ou seja, problematizar o fato da categoria trabalho ser pouco debatida e estudada no campo da Orientação Profissional. Dessa forma, colocamos em perspectiva algumas questões: o sentido do trabalho é uma força investigada (ou mesmo considerada) nas práticas de Orientação Profissional? Será que às práticas de Orientação Profissional estão atentas às incessantes transformações na dinâmica, no mercado e no mundo do trabalho? Há outras forças que atuam associadas a categoria trabalho que tencionam a escolha profissional? Com a contribuição da Teoria Ator-Rede, buscaremos compreender a categoria trabalho como um agente que ao mesmo tempo que produz efeito é, também, produto da ação de outros agentes, ou seja, não age sozinho. Sua atuação é produzida pela agenciamentos de um conjunto de elementos híbridos e heterogêneos que, em rede, engendram conexões performativas. Com isso, queremos promover uma reflexão que elege a categoria trabalho como um agente - um mediador - que mobiliza outros agentes que associados induzem a ação. A compreensão que a ação não é resultante de uma fonte exclusiva, simples e única, introduz complexidade e dinâmica para o ato da escolha profissional, no sentido de permitir a existência de incertezas e controvérsias quanto *quem e o que faz* escolher (LATOUR, 2012).

Portanto, ao propor a Teoria Ator-Rede como um método de estudo alternativo, intencionamos ir além do uso de enfoques simplistas e dualistas que impõem uma segregação entre o indivíduo e sociedade e defendem que tal separação seja superada por uma suposta natureza racional do indivíduo. Ao introduzir a Teoria Ator-Rede queremos dar maior visibilidade a esse método de pesquisa no campo da Orientação Profissional por acreditar que ele convoca o pesquisador a superar certos reducionismos na explicação do fenômeno da escolha profissional. É preciso que ocorra essa superação para que se torne possível que uma diversidade de elementos humanos e não humanos (poder, práticas, dinheiro, pessoas, avanços tecnológicos, leis trabalhistas, instituições de ensino, discursos, sentidos etc.) que atuam mobilizando a ação para a escolha profissional possam, finalmente, sair da sombra das generalizações e abstrações que os ocultam.

Ainda nesse capítulo, com intuito de reafirmar os múltiplos sentidos e significados do trabalho, preparamos um quadro de referência com os dados

coletados pelo artigo “Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library”, pois entendemos que essa possa ser uma pista rastreável do que a categoria trabalho provoca e convoca no modos de se pensar o trabalho como uma dimensão na vida humana.

Um dos aspectos que tornam a Teoria Ator-Rede um método de pesquisa ousado é defender a simetria entre elementos humanos e elementos não humanos. Ambos precisam ser investigados da mesma forma, pois tem a mesma importância na realização da ação. Nessa pesquisa, quando nos referimos a elementos não-humanos, significa os incontáveis elementos que tecem junto com os humanos o campo vivencial da pessoa que escolhe uma profissão (narrativas coletivas, leis trabalhistas, instrumentos de trabalho, salários, direitos, status, ensino, avanços tecnológicos, artigos, discursos sobre a economia, práticas etc.). Também trazemos nesse capítulo o tema “capitalismo”, abordado de acordo com referencial da TAR, ou seja, como o efeito de múltiplas práticas e não como é, frequentemente, usado nas pesquisas tradicionais, isto é, como uma generalização - uma estrutura abstrata que opera a partir de forças invisíveis (LATOURET, 2012) induzindo a ação de decidir e escolher. Logo, não partimos da premissa de que o simples uso do termo capitalismo pode explicar, de antemão: o que é? Qual a sua natureza? O que faz fazer? E como convoca a ação? Ao trazer a temática do “capitalismo”, nossa intenção é tirar o tema da obscuridade com que é tratado nas pesquisas de Orientação Profissional, pois nos parece que é considerado como uma variável inexpressiva ou, o que talvez seja mais comum, como uma variável aceita sem nenhuma controvérsia, como se a sua ação e seus efeitos já estivessem por demais esclarecidos e aceitos na esfera coletiva. Acreditamos ser de fundamental importância tangenciar o ato de escolher uma profissão com modos de viver e produzir em um “sistema capitalista” que é articulado por híbridos (artefatos, tecnologias, informação, princípios, condutas, valores, ideias, leis, consumo, dinheiro, práticas entre outros muitos elementos) que circulam em redes complexas e mobilizam o mundo.

Assim, propomos uma provocação com a contribuição de Annemarie Mol, médica e filósofa holandesa, que tem a Teoria Ator-rede como referencial. Provocação amparada pela seguinte reflexão: se o “sistema capitalista” com efeito de seus atores opera em diferentes “redes”, discursos, lógicas, práticas, modos de ordenação atribuindo complexidade (MOL, 2010), produz um mundo com sua especificidade, é

possível existir outras “redes”, discursos, ordenações e lógicas que não seja as que circulam por essas redes e que, por sua vez, produzam outras realidades e configurações de mundo? MOL compreende que a realidade na qual vivemos é performada por meio de uma variedade de práticas que circulam em rede que *fazem fazer* (LATOURE, 2012). O argumento de MOL é que às práticas performam a realidade. Se a realidade é performada como resultado de múltiplas práticas, é possível concluir que multiplicidade é um atributo da realidade. *Performar* a realidade significa que há diferentes maneiras de fazer existir realidades o que aponta para a dimensão política e ontológica das práticas de pesquisas. O real performado está sempre implicado com o político e vice-versa. Indagamos que realidades as práticas (teorias, testes, técnicas, discursos, saberes) de Orientação Profissional estão criando. Ainda nesse capítulo, com a intenção de propor lógicas que acolham escolhas múltiplas, trazemos os estudos de MOL (2008) para pensar outras formas de cuidar. A autora argumenta que o cuidado tem uma lógica própria, ao que ela chamou de lógica do cuidado, que se contrapõe à lógica da escolha. Na lógica da escolha, escolher ocorre por adesão (não se trata de uma escolha voluntária, mas aquela assumida pela feitura de realidades) a modos de viver massificados e normatizados que alienam singularidades e experiências concretas (ser-no-campo). Nesse sentido, os argumentos da lógica da escolha partem da suposição de que certas estruturas são fundamentais, posto que criam valores (bens, serviços, bem-estar, consumo, empregabilidade etc.) e são essenciais a identidade humana. Dessa forma, escolher uma profissão dentro de uma realidade construída por práticas que infundem a crença de que: “só é preciso bastar a si próprio”, conduzem a modos de existir dissociado do todo. Já a lógica do cuidado convoca para o compartilhamento. As ações de escolher e decidir, assim como o cuidado, circulam em rede. Com o efeito dessa rede é possível questionar, duvidar, não se apressar, repensar e, até mesmo, recusar modos de viver e trabalhar que sejam menos genuínos.

No terceiro e último capítulo, pretendemos pensar o fenômeno da escolha profissional entendendo-o como fenômeno singular e de campo. Para contribuir com essa intenção utilizamos o referencial da abordagem gestáltica, mais especificamente, a Teoria de Campo idealizada por Kurt Lewin. Nosso interesse na Teoria de Campo está voltado, principalmente, para as seguintes proposições: a adoção de uma perspectiva de totalidade para investigar o comportamento humano, entendendo o ser como uma unidade indivisível, ou seja, não é possível investigá-lo analisando partes

isoladas (cognição-sentimento, indivíduo-sociedade, sujeito-objeto), uma vez que não representam a complexidade da totalidade, pois, no máximo, oferecem versões parciais acerca do fenômeno estudado; afirmar a pessoa como um existente indissociável do contexto de suas relações tanto a nível mais primário, como a de nível mais amplo o que inclui a sociedade e o mundo; por se contrapor aos conceitos abstratos, dicotômicos, essencialistas e classificatórios tão presentes nas pesquisas de Orientação Profissional, propondo uma Teoria que explique as motivações da pessoa e o desdobramento no seu comportamento, como efeito de uma infinidade de forças do ser-no-campo, sem que essas sejam tomadas como uma força exterior que atua influenciando a pessoa de fora pra dentro e, por fim, que leve em conta a pessoa concreta e que, portanto, não aliene, com generalizações, a singularidade da experiência humana em um mundo concreto.

Para facilitar a fluidez das ideias apresentadas nesta pesquisa, daqui em diante no lugar do termo Orientação Profissional, adotaremos a abreviação OP e no lugar de Teoria Ator-Rede utilizaremos a expressão TAR.

1 SITUANDO A ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Apresentaremos neste capítulo alguns aspectos que delineiam o surgimento e o desenvolvimento da OP. Embora, nos pareça que seu surgimento não esteja relacionado, substancialmente, à existência de um evento único ou a um fato central, mas sim a um modo que, historicamente, valora o homem como força de trabalho. Com isso, queremos dizer que a noção de *adaptar o homem a um fazer ocupacional* - condição para que a OP surgisse e se desenvolvesse, enquanto uma prática facilitadora desse propósito - existe desde sociedades primitivas. O termo ocupação é usado aqui, no sentido de atribuir ao homem uma atividade laboral, determinando seu lugar em uma divisão social hierárquica e categorizada, onde os indivíduos se reconhecem e, ao mesmo tempo, são reconhecidos de acordo com a diferenciação das atividades e ofícios que desempenham. Ao trazer a questão de que desde tempos remotos o homem, pelo seu fazer laboral, ocupa um lugar na divisão social queremos lançar luz no quanto a categorização do trabalho implica em uma prática que, se não nega, minimiza possibilidades e potências singulares ao impor ao homem um lugar certo.

A OP enquanto um saber prático-teórico, está estreitamente ligada com a história das relações de trabalho no mundo ocidental. Seu surgimento está associado a expansão do sistema produtivo industrial que ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, no período denominado como Segunda Revolução Industrial (SPARTA, 2003) e significou um marco histórico na transformação da relação indivíduo-trabalho. O trabalho da OP, em função do caráter prático-utilitário de seu fazer, ganhou relevância e desenvolveu-se vinculado ao mundo do trabalho, enquanto uma prática de adequação do homem ao exercício de uma ocupação profissional. Nesse sentido, sua finalidade principal era identificar trabalhadores mais aptos para a realização de determinadas tarefas, com vistas a alcançar a máxima produtividade. Assim, a prática de OP esteve ligada diretamente a busca pela eficiência dos processos industriais, atrelando-se a noção de eficiência industrial a força de trabalho do homem.

A segunda Revolução Industrial expandiu e consolidou o sistema produtivo industrial e representou um período fortemente caracterizado pelos avanços tecnológicos e pela maximização da utilização de recursos (maquinário, equipamentos, materiais, processos, estratégias e força de trabalho humana)

existentes. É justamente em decorrência desse período, marcado por profundas mudanças na relação homem-trabalho e na busca por estratégias que acelerassem a produtividade, que surge a prática da OP, como uma aliada a otimização da produção, operando a partir da premissa “o homem certo no lugar certo”. Para isso era preciso uma análise das ocupações profissionais, descrevendo, detalhadamente, os seus requisitos relacionando-os com as metas da produção e, por fim, identificando uma série de características comportamentais e psíquicas aderentes com os objetivos de produtividade. Portanto, sua contribuição foi no sentido de criar condições mais favoráveis a produção, servindo de instrumento para exploração da força de trabalho humana.

A sistematização teórica e prática da OP teve início com as ideias concebidas, pelo professor americano, Frank Parsons. Coube a ele a criação do primeiro Centro de Orientação Profissional norte-americano, na cidade de Boston, em 1907 e a publicação do livro *Choosing a Vocation*, em 1911, sua obra póstuma. *Choosing a Vocation* configura-se mais como um guia de princípios e métodos a serem observados no trabalho de aconselhamento vocacional (RIBEIRO&UVALDO, 2007), propondo, assim, uma série de princípios e ações encadeadas e intencionalmente ordenadas que fundaram esse campo do saber. Parsons considerava que o desempenho de uma ocupação em harmonia com as aptidões, habilidades e interesses, tornaria o trabalho mais agradável, com uma maior produtividade e eficiência, resultando em uma boa remuneração: “eficiência e sucesso são extremamente dependentes da adaptação”. O trabalho de Parsons consistia na aplicação de questionários de auto análise e testes complementares, padronizados, para avaliação de aptidão, habilidades, interesses, personalidade e que, embora ainda não fossem estruturados e validados cientificamente como instrumentos psicométricos, já indicavam o caminho que as práticas e pesquisas em orientação vocacional iriam percorrer na primeira metade do século XX, e o que viria a ser chamando de modalidade estatística da orientação profissional.

Após o pioneirismo dos primeiros trabalhos de Parsons, a OP se desenvolveu a partir de duas modalidades metodológicas e teóricas situadas em polos e considerações divergentes: a modalidade estatística e a modalidade clínica. A seguir apresentamos as principais características dessas modalidades, no que tange a estratégia interventiva, o papel do orientador e o posicionamento do orientando frente a sua escolha. Modalidades de Orientação Profissional:

1.1 Modalidade Estatística: a quantificação dos fenômenos psicológicos

Parsons influenciou o desenvolvimento da teoria traço-fator, considerada a principal abordagem da modalidade estatística e que, até a década de 1950 fundamentou as práticas e pesquisas em OP. Mas, preponderantemente, foram os avanços ocorridos nas décadas de 1920 e 1930 na Psicometria, área da Psicologia que utiliza as ciências exatas, principalmente a Estatística para mensurar, cientificamente, construtos psicológicos, que influenciaram fortemente a prática de OP. Isto porque, os testes psicométricos, nesse primeiro momento da orientação profissional foram usados em larga escala, por serem compreendidos como instrumentos essenciais para elaboração de diagnósticos e prognósticos que proporcionavam um mapeamento do perfil de personalidade da pessoa e, conseqüentemente, a indicação de profissões ou ocupações adequadas a esse perfil. Em função disso, a modalidade estatística é considerada uma abordagem diretiva, uma vez que o processo de orientação se configura como um dispositivo que toma para si a responsabilidade de indicar, de forma diretiva, a direção a ser tomada. Sob esta perspectiva, a orientação profissional apostou em uma visão tecnicista da sua prática de orientação, pois infere que através de seus métodos, técnicas e instrumentos, conhece mais o indivíduo do que ele a si mesmo, ao mesmo tempo em que, exige o indivíduo da implicação com a construção do seu projeto profissional.

Para os psicólogos situados nessa posição, o jovem que deve escolher uma carreira ou um trabalho pode ser assistido por um psicólogo, se este, uma vez conhecidas as aptidões e interesses do cliente, puder encontrar entre as oportunidades existentes, aquelas que mais se ajustem às possibilidades e gostos do futuro profissional. (BOHOSLAVSKY, 1982 p.29)

Rodolfo Bohoslavsky foi um autor importante para a OP, especialmente a praticada no Brasil, e um crítico da modalidade estatística, por atribuir ao orientador o protagonismo do processo de escolha profissional. Para ele, a escolha profissional possui uma dimensão afetiva-emocional, que na abordagem psicométrica, acaba ficando em segundo plano. Bohoslavsky afirma que a escolha profissional está relacionada, diretamente, com a forma de ser e viver da pessoa, portanto optar por uma profissão é um desdobramento da singularidade da pessoa. Foi a partir desse posicionamento que ele idealizou a modalidade clínica.

1.2 Modalidade Clínica: o trabalho de orientação profissional ganha amplitude

A partir da década de 1950, as idealizações de Carl Rogers em sua Abordagem Centrada na Pessoa, promoveram mudanças significativas nas práticas de intervenção e de pesquisa de orientação profissional. As teorias de Rogers tornaram possível pensar o fenômeno da escolha profissional não como um acontecimento específico e isolado em determinado momento da vida, mas sim no sentido existencialista, onde o homem, aprioristicamente, não possui uma natureza inata e sim algo que constrói a partir da sua existência. Portanto, o ato da escolha profissional está associado com a construção de um projeto de vida compreendendo a possibilidade da construção de uma identidade processual, em um permanente movimento de *vir-a-ser*.

A modalidade clínica de intervenção surge na década de 1970 com as ideias concebidas por Rodolfo Bohoslavsky, psicólogo e psicanalista argentino. Sob a influência da Psicologia do Ego, Bohoslavsky investigou o fenômeno da escolha profissional, a partir dos conceitos psicanalíticos: de função do ego; relações objetais; de mecanismos de defesa, de idealização (ideal-de-ego), de identificação, de sublimação e de reparação etc., propondo, assim, uma intervenção baseada em referências psicodinâmicas. Bohoslavsky, lançou na Argentina o livro: "Orientação Vocacional: uma estratégia clínica", em 1971. Nesta obra, instaura uma crítica à modalidade estatística que para Bohoslavsky tomava o indivíduo como objeto de sua intervenção, e propõe a compreensão do indivíduo como sujeito de escolhas: "o indivíduo deve conseguir assumir a situação que enfrenta e, ao compreendê-la, chegar a uma decisão pessoal responsável" (1982 p.29). O termo estratégia, como definido por Bohoslavsky, diz respeito ao conjunto de operações que permita que o orientador tenha maior compreensão da estrutura psíquica e comportamental do orientando e, assim, possa facilitar o acesso desse a compreensão de si mesmo.

Na modalidade clínica a prática de orientação profissional abriu mão dos testes psicométricos e instituiu a entrevista como o instrumento fundamental para compreender o processo de escolha profissional. Seguindo o pensamento preconizado por Rogers que defendia uma intervenção não-diretiva com o orientando, significando dizer que a prática de orientação profissional investe no pressuposto de que a escolha profissional é uma prerrogativa de autonomia da pessoa que escolhe, assim cabe a pessoa se a ver com o binômio responsabilidade-liberdade de escolha

na construção do seu projeto profissional. A ideia central das intervenções da modalidade clínica é tornar o orientando consciente da sua própria identidade e, ao mesmo tempo, promover o estabelecimento de uma imagem não conflitiva de sua identidade profissional. Segundo Bohoslavsky: “[...]na modalidade clínica pretende-se passar de ‘quantas referências tem e o que escolhe’, ‘a quem escolhe e como escolhe’.” (1982, p.30)

1.3 Orientação Profissional: Divergências ou confluências?

A despeito das diferenças entre as modalidades de intervenção expostas acima, consideramos que ambas se baseiam em pressupostos deterministas e propõem intervenções normalizadoras, evidenciando práticas que objetivam a adaptação do indivíduo ao meio. Assim, temos: por um lado, a modalidade estatística, baseada em uma visão essencialista do homem e que, através de seus instrumentos tecnicistas, se alia ao sistema produtivo, de modo a maximizar a produtividade e, por outro lado, a modalidade clínica, desenvolvida por Bohoslavsky, que produz, aparentemente, uma posição inversa, mas não menos limitada, que é a de estar centrada nas questões individuais, apenas procurando trazer, agora, “a profissão certa para a pessoa certa”. (LISBOA, 2014)

De um modo geral, as duas modalidades existentes, no campo de orientação profissional, abordam a questão da escolha profissional a partir de dois paradigmas: o da autonomia e o da heteronomia do homem na construção do seu projeto profissional, que se fazem presente nas teorias psicológicas e teorias não psicológicas. As teorias psicológicas explicam o movimento da escolha profissional analisando os determinantes internos do indivíduo. De onde se depreende, que o fenômeno da escolha profissional é compreendido como um ato isolado da pessoa que escolhe, reduzindo o fenômeno da escolha profissional a termos meramente psicológicos. Essas teorias afirmam o papel ativo (ou parcialmente) da pessoa e as condições socioeconômicas-culturais teriam uma função secundária no processo de escolha (BOCK, 2018 p.30). Assim, o sujeito que assume um papel efetivo e autônomo na construção do seu projeto profissional configura a si mesmo uma possibilidade maior de orientabilidade e, conseqüentemente, atribui ao trabalho de OP uma maior eficácia. Diante destas afirmativas, seria admissível concluir que a teoria psicológica se fundamenta na percepção de que a pessoa tem plena condição de escolher, uma

vez que certas premissas sejam atendidas: esteja ciente do seu contexto social, cultural, econômico e relacional; esteja de posse de certas informações acerca das profissões, do mercado de trabalho e do mundo do trabalho e, principalmente, tenha solucionado os seus conflitos internos, ou seja, o indivíduo conhecendo as forças dispostas no seu campo de decisão elege aquela que se apresenta como a mais particularmente preponderante.

Já as teorias não psicológicas entendem que a escolha profissional é causada por um elemento externo a pessoa. Consideram que o ato de escolher uma profissão se deve a existência de forças que operam do exterior para o interior e que podem impulsionar ou desacelerar a direção da escolha profissional. Isto é, a relação indivíduo-trabalho não seria um ato deliberado da pessoa, mas sim o efeito de forças que agem sobre a pessoa, sem que possam ser operadas pela pessoa em qualquer nível. Tais forças centram-se em aspectos, circunstâncias, econômicos, socioculturais e familiares (BOCK, 2018). Assim, essas forças podem ser compreendidas em alusão a um determinado “contexto” (social, econômico, familiar, cultural). O termo contexto é compreendido como uma categoria pronta, acabada e imóvel e é utilizado para explicar tanto a origem como os fatores que produzem o dilema da escolha profissional.

Dessa forma, temos que as teorias existentes no campo da OP, ainda que expliquem o fenômeno da escolha sob perspectivas diferentes, confluem em um mesmo ponto: ambas explicam o fenômeno dissociando indivíduo e sociedade. Essa dissociação, ora nos apresenta um sujeito autônomo e autoconsciente da sua responsabilidade na construção do seu projeto profissional e ora, ao relativizar essa autonomia, nos apresenta um sujeito submetido e determinado pelas influências exteriores e em condições menos promissoras de sustentar a independência da sua escolha na construção do seu projeto profissional. Além disso, nos questionamos o quanto ambas emolduram a pessoa, estreitando a sua existência, de acordo com os seus paradigmas.

Portanto, buscaremos no capítulo seguinte trazer para essa discussão/reflexão algumas questões que se interpõe quando pensamos no mundo do trabalho hoje. Consideramos fundamental contornar esse aspecto em sua maioria das vezes invisibilizados nas práticas da OP.

2 O MUNDO DO TRABALHO NA CONTEMPORANEIDADE E AS PRÁTICAS DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

As reflexões trazidas nesse capítulo conferem a essa pesquisa sua intenção maior. Uma vez que, traduzem a inquietude da pesquisadora, diante do observado como orientadora profissional. Foi a partir das inquietudes geradas *na e pela* prática como orientadora profissional que percebi a existência de lacunas entre o vivido e o contato com o conhecimento produzido na OP enquanto campo de saber. Na escuta como orientadora profissional clínica, observei que, de um modo geral, as narrativas individuais dos orientandos eram encharcadas de uma necessidade em seguir um certo modelo de vida, um certo padrão de existência, uma certa expectativa produtiva, que se diferenciava na forma, mas que parecia semelhante no conteúdo. A partir desse acontecimento a pergunta elaborada foi o que *fazia existir* realidades abstratas e não localizadas que, de certa forma, se configuravam como sobreposições a realidades localizadas e concretas?

Somam-se a essas inquietudes às vividas no próprio curso de Mestrado, no qual esta pesquisa faz parte, que também produziram provocações, as quais, muitas delas continuarão, provocativamente, em aberto. Cumpre-se destacar, que os conceitos e orientações metodológicas da TAR ocuparam um papel significativo na forma com que essa pesquisa foi se configurando, pois promoveram na pesquisadora certos deslocamentos em sua forma de apreender, descrever e, principalmente, relatar as investigações acerca do fenômeno da escolha profissional. No entanto, só foi possível o reconhecimento desses deslocamentos a partir do relato textual dessa pesquisa. Foi no ato de compor o relato que me deparei com uma confusão: a pesquisadora e sua forma de relatar a pesquisa e a pesquisadora como leitora dos autores da TAR. A predominância em uma estrutura positivista que reduz a realidade a um *estado de coisas*, a persistência em traduzir o mundo a partir de um esquema linear de causalidade e a mais ardilosa de todas o desejo de dar um tom de verdade, pois assim é mais fácil para se apreender o dito, envolveu a escrita em uma infundável reescrita, como salienta LATOUR: “Não é porque atentamos para uma escrita objetiva que se deve encerrar a busca pela verdade” (2012 p.187). Para TAR, um relato deve se manter firme quanto ao seu principal objetivo: sustentar as fontes de incerteza e controvérsias.

Como dito anteriormente, a pesquisa parte, mas não se restringe, do confronto entre o vivido na minha prática profissional e o contato com a literatura de OP existente. Desse confronto, elaboramos algumas reflexões: *o sentido do trabalho é uma força investigada (ou mesmo considerada) nas práticas de OP? Será que às práticas de OP estão atentas as incessantes transformações na dinâmica, no mercado e no mundo do trabalho? Há outras forças que atuam associadas à categoria trabalho e que tencionam a escolha profissional?* Certamente, essas são perguntas amplas e aparecem como reflexões provocativas, portanto, não é nosso intuito respondê-las de forma conclusiva. Porém, arriscaremos aqui alguns exercícios de pensar possibilidades para as questões apresentadas.

A OP, muito embora, seja uma prática que investiga e intervém no processo de escolha de profissional, com frequência, esquiva-se de um elemento que entendemos fundamental para compreensão do próprio fenômeno que estuda: o tema trabalho. Consideramos o tema trabalho um elemento-chave a ser investigado, pois concebemos a OP, essencialmente, em função do seu papel de inserção de pessoas no mundo produtivo do trabalho. O tema trabalho faz emergir sentimentos, imagens, necessidades, narrativas, objetos, bem como a ele são atribuídos sentidos e significados que permeiam o campo vivencial que reúne a pessoa e seu meio.

Para TAR, o conhecimento é uma *construção* ou o efeito de uma rede onde seres humanos e não humanos se fundem, não é algo produzido, por meio de um método científico privilegiado. Sendo os “meios” ou “ferramentas” usados na feitura dessa *construção* encarados como mediadores e não meros intermediários. Para TAR, mediadores são agentes que vinculados a outros mediadores operam modificações em todos os agentes conectados em rede. Os mediadores (agentes) constroem a tessitura da realidade do mundo afetam modos de ser, modos de viver e, é claro, modos de trabalhar e é nessa perspectiva que entendemos a categoria trabalho como um mediador que mobiliza ainda mais mediadores e quanto maior a sua capacidade de associação mais levam a fazer coisas e segundo LATOUR, se eles induzem a fazer coisas, fazem também alguma diferença, isto é, provocam e são provocados para ação.

Quando propomos a categoria trabalho como um agente estamos cômicos da advertência da TAR em não delimitar de antemão o agente de interesse na pesquisa de um fenômeno. Como LATOUR (2012 p.325) orienta: “é um grande equívoco metodológico restringir de antemão e no lugar do ator o alcance das entidades que

devem povoar o mundo social”. De acordo com a TAR, enquadrar os agentes em categorias é restringir as controvérsias acerca do fenômeno estudado impondo a eles certezas estabilizantes. Portanto, não é nossa intenção outorgar a categoria trabalho, de forma isolada, a origem da ação, pois são muitos os agentes que associados a ela, induzem a fazer coisas e a eleger escolhas inesperadas, o que seria, por exemplo, um trabalhador sem seu instrumento de trabalho, tarefa, leis trabalhistas, práticas organizacionais, horário, tecnologia, poder, meios de locomoção, salário, técnicas e intermináveis fatores que forjam o trabalhador a ser o que é. Inicialmente, o que queremos é problematizar a ausência do tema trabalho na investigação acerca do fenômeno da escolha profissional. Acreditamos que promover maior visibilidade a categoria trabalho pode colocar em xeque modelos arraigados que, tradicionalmente, discutem o tema da escolha profissional excluindo o processo de engendramento de onde o ato de escolher é articulado e os agenciamentos de incontáveis agentes heterogêneos que associados não cessam de estabilizar e desestabilizar sentidos e significados relacionados ao trabalho. Ao trazer o tema trabalho como uma lacuna nas pesquisas de OP, nos interessa, sobretudo, deixar entrever outros actantes (produção capitalista, sistema econômico, política, poder, pessoas, sentidos e significados, avanços tecnológicos, leis trabalhistas, instituições de ensino etc.) que associados com o trabalho, disseminam modos de ver, sentir, pensar, experimentar e trabalhar e que induzem a escolher e a decidir. Acreditamos que as simplificações e generalizações, normalmente, adotadas para explicar e compreender o fenômeno da escolha profissional, acabem invisibilizando a existência de uma variedade de actantes que performatizam escolhas aprovando umas e reprovando outras

Ainda que nas indicações da TAR, para entender o fenômeno estudado, o pesquisador deva ir a campo sem categorias definidas de antemão, pois é no rastro deixado pelas associações dos actantes que se conhece o alcance, engajamento e efeito das suas ações, propomos que a categoria trabalho seja identificada, momentaneamente, como um mediador, pois entendermos ser este o lócus que dá visibilidade as controvérsias que compõem o mundo da escolha profissional. Tomamos essa direção a partir da própria orientação de LATOUR: “para delinear um grupo, cumpre dispor de “porta-vozes” que “falem pela” existência do grupo, assim como não se pode perder de vista as vozes discordantes advindas dos antigrupos” (2012; p. 55).

Não é nossa intenção nos desdobrar em descrever a diversidade heterogênea dos agentes envolvidos no fenômeno pesquisado e nem os efeitos produzidos pelas conexões que estabelecem uns com os outros. Talvez essas questões possam ser aprofundadas em trabalhos futuros. Mas queremos ressaltar que as conexões desses agentes, possibilitam inúmeras configurações construindo, assim, coletividades performativas que atuam, articulam e implementam ações, escolhas e decisões. Levando em conta, que a ação é distribuída por uma diversidade de movimentos associativos de mediadores vindo de *lugares* e *tempos* imprevisíveis. Como Latour (2012; p.240) dirá:

a ação é sempre deslocada, articulada, delegada, traduzida. Assim, se um observador é fiel à direção sugerida por essa superabundância, ele será afastado de qualquer interação para outros lugares, outros tempos e outras agências que parecem tê-la moldado. É como se um vento forte impedisse alguém de permanecer no local e soprasse para longe os espectadores; como se uma forte corrente estivesse sempre nos forçando a abandonar a cena local.

Como apontamos no início desse texto, queremos provocar uma certa desestabilização nas estruturas firmes que comumente à prática da OP lança mão para explicar o modo com que o indivíduo vivencia e escolhe uma ocupação, instigando que o fenômeno da escolha profissional seja estudado a partir de uma abrangência mais ampla, que agregue tantos elementos associados quanto possíveis. Tal provocação, na verdade, é fruto da forma como fui tomada a partir do meu contato com a TAR e que me fez repensar essa prática e compartilhar nessa pesquisa os efeitos desse encontro.

2.1 Reflexões acerca do sentido do trabalho na OP

Nosso incômodo pelo fato do trabalho ser uma categoria pouco estudada no campo da OP não é exclusividade nossa, uma vez que outros autores vão na mesma direção, como, por exemplo, Filho (1993; p.113) que indaga, com um tom propositivo, as seguintes questões: em um ambiente de mercado de trabalho configurado pela tecnologia, mudanças políticas e sociais aceleradas, estariam as práticas predominantes de orientação profissional atualizadas? Estariam os orientadores profissionais atentos e sincronizados com os fluxos de tecnologia, de informação e de capital? Que respostas oferecem às inseguranças e expectativas pessoais e sociais, daqueles que buscam uma entrada eficiente num mercado onde as oportunidades são

submetidas a severos cálculos de racionalidade econômica? Que bases da realidade mantêm hoje as práticas usuais de orientação profissional? Ao levantar a questão acerca das bases da realidade erigidas pelas práticas de OP na contemporaneidade, Filho responde à sua própria pergunta: “talvez sejam pequenas as bases da realidade”. Segundo ele, os motivos aos quais as práticas de OP promovem distorções no processo de escolha profissional, dentre outros, seria a falta de contato com a dinâmica da realidade do mercado de trabalho.

Lisboa (2002), também propõe reflexões acerca do fato da OP não explorar os estudos sobre os significados e sentidos do trabalho, advertindo que o enfoque principal da OP tem sido o “indivíduo que escolhe” e que, portanto, mesmo os profissionais da área vem se ausentando de um conhecimento mais aprofundado do que se refere ao mundo do trabalho presente e futuro. Segundo a autora:

[...] tem sido bastante inexpressivo no processo de orientação profissional: o tratamento, numa abrangência maior, da escolha, no sentido de sair do individual, do que diz respeito apenas ao que é importante *para a pessoa*. A *própria preocupação com o conhecimento da realidade externa, como estão as profissões no mercado de trabalho, o que cada profissão tem enquanto fazer, exigências propostas, está centrada no indivíduo* (2002; p.57).

A categoria trabalho é estudada por diversas áreas do conhecimento e está, intrinsecamente, ligada a história da humanidade. ALBORNOZ (1994), por exemplo, afirma que natureza e invenção se entrelaçam no trabalho humano, em níveis diversos, da ação mais mecânica e natural à mais controlada e consciente. Além disso, ainda que haja uma compreensão geral da palavra trabalho como uma das formas elementares de ação dos homens, o seu conteúdo oscila. De um modo geral, o trabalho é concebido como resultante de um processo de criação histórica associado as transformações nos modos e relações de produção que influencia a forma como uma sociedade é organizada como um todo e ainda como um elemento determinante na formação constitutiva do homem.

Estamos convencidos de que os conceitos que embasam a TAR possam oferecer uma forma alternativa de se pensar o fenômeno da escolha profissional na contemporaneidade, pois questionam a centralidade do humano como foco de estudos, excluindo, assim, qualquer outro elemento não humano. Tal perspectiva, implica enveredar por caminhos mais complexos que concebem a ação de escolher como efeito do agenciamento de elementos de materialidade heterogêneas (humanos e não humanos), que atuam em uma rede e que, por meio dela, transportam conteúdo,

conhecimento, comportamento, ideologias, sentidos e significados provocando e convocando a pessoa a escolher e a decidir. Entretanto, para que nossa proposta frutifique alcançando inclusive leitores menos familiarizados com a TAR, é importante apresentar alguns conceitos muito próprios a TAR e que servirão de aporte teórico-metodológico para esta pesquisa.

A TAR defende que para compreender o social é preciso abandonar “explicações sociais” da sociologia tradicional. Com esse objetivo, propõe então, uma sociologia de associações abrindo espaço para a ideia de associação, agência e ação. Para TAR, o social não deve ser considerado como algo pronto, um *estado de coisas estável*, mas, pelo contrário, como em construção e como algo dinâmico. O social para a TAR é o que emerge de associações, translações, do deslocamento de humanos e não humanos (materiais, objetos, coisas, leis etc., ou seja, uma variedade de elementos que não são pessoas), ator e rede. E, é na concepção de atores, que existe um abismo conceitual separando a TAR da sociologia tradicional. Pois, a sociologia tradicional enquadra os atores em categorias, onde todas as funções que assumem a ação são misturadas em uma única função de caráter social, de onde se depreende denominações, tais como: “sociedade”, “cultura”, “estrutura”, “indivíduos”, “contexto”, “influência”, “mercado” etc. Segundo essa lógica, o termo ator associa-se a ideia de “fonte da ação”, assim, oferece, prontamente, explicações sociais focadas no nexo causal e constituídas de um material social que executa a ação.

Para a TAR o ator não é fonte de um ato, mas “antes de tudo um alvo móvel de um amplo conjunto de entidades emaranhadas” (LATOUR, 2012; p.75). Para TAR um ator nunca está sozinho ao atuar. Assim, o termo ator implica no fato de que jamais fica claro quem ou o que está atuando quando as pessoas agem. A TAR defende que para entender os fenômenos sociais é preciso que sejam mantidas controvérsias e incertezas quanto à origem da ação e, por isso, afirma que um ator é um ator-rede. Isto é, os atores estão sempre engajados e envolvidos em uma rede. Dessa forma, se quisermos conhecer a formatação do social é preciso rastrear as pistas deixadas pelos autores em suas associações. O lema de LATOUR é: “Siga os atores, ou antes, aquilo que os faz atuar: as entidades em circulação” (2012; p.339). Seguir os atores, como sugere LATOUR, é segui-los em seus entrelaçamentos com as coisas, objetos, leis, conceitos, sentidos, direitos, estilos de estar no mundo, ideologias, tecnologias, discursos sentidos etc. Nesse sentido, a TAR nos provoca a pensar na escolha

profissional sem incorrer em teorias e concepções *a priori*, mas sim como o efeito desses entrelaçamentos.

A TAR, norteadada pelo princípio da simetria, defende que os elementos não humanos não são meros elementos simbólicos, mas sim agentes que, assim como os humanos participam da ação, pois possuem a capacidade de agir e interferir nos acontecimentos e que, associados aos humanos, articulam a realidade. Pretende com isso, evitar o equívoco de limitar o “social” aos humanos, refutando a ideia de que toda ação advém das ações praticadas intencionalmente pelos homens. Aqui, o termo realidade não é caracterizado pela crença de que há uma realidade lá fora, independente de nós e de nossas ações que age pressionando a pessoa de fora para dentro (MORAES, 2010). Pensamento hegemônico nas pesquisas sobre o fenômeno da escolha profissional que preconizam a ideia de fatores externos que influenciam a escolha.

Nessa pesquisa, quando nos referimos a elementos não-humanos, podemos pensar, por exemplo, em como a tecnologia imprimiu uma nova realidade ao mundo do trabalho, realidade esta que pode ser descrita de diversas formas: na automação de processos, na agilidade da informação, na rapidez e prontidão de uma tarefa, nos níveis de empregabilidade, no aparecimento e desaparecimento de profissões e carreiras, na capacitação da força de trabalho, em um mercado de trabalho mais acirrado, no uso de recursos cognitivos antes não exigidos, na exigência de novas competências, na flexibilização das jornadas de trabalho, em função do uso dos dispositivos remotos (celular, notebook, modems) o que torna agora o trabalho intermitente. Ante o exposto, seria aceitável afirmar que a tecnologia, um elemento não-humano, constrói mundos de trabalho? Sugere ou extingue profissões?, Encoraja ou restringe sentidos de trabalho?, Produz e faz desaparecer profissões? Estabiliza e desestabiliza níveis de empregabilidade? É nesse sentido que a TAR afirma que os não-humanos não são somente pano de fundo para as ações humanas, são também atores porque fazem agir e *fazem fazer* (LATOUR, 2012) posto que, quantos mundos podem emergir a partir do atravessamento da tecnologia? Quantas versões de realidade se fazem produzidas pela tecnologia? Como se dá e quais outras dimensões se associam e conectam (educação, família, status, consumo, lazer) com a tecnologia? Que efeito essas associações produzem?.

Para continuarmos essa reflexão, é preciso esclarecer um conceito importante para TAR, é o conceito de actante. A noção de actante diz respeito a qualquer coisa

(humano ou não humano) que modifique uma situação produzindo uma diferença perceptível. LATOUR critica o essencialismo da sociologia tradicional argumentando que não há essências, tudo deriva da associação de actantes e como cada elemento (humano e não humano) transforma, traduz, distorce e modifica o social. Os agenciamentos entre os actantes modificam, transformam, deslocam um estado de coisas, possuem, entre eles, preciosas habilidades de associação/afastamento. Assim, os actantes conferem dinamismo a realidade ao permitir que novas configurações possam surgir, ao mesmo tempo que faz desaparecer outras, numa ação de fazer e refazer vínculos construindo, assim, realidades múltiplas.

Para TAR todos os actantes (atores) produzem alguma coisa, não são meros intermediários passivos e leais que, simplesmente, transportam efeitos, significados e forças sem transformá-los. É a partir dessa perspectiva que LATOUR introduz a ideia de mediação, afirmando que a ação não é o que as pessoas fazem, mas sim o que faz-fazer. A ação é concebida como híbrida e resultante da associação humano e não humano. Assim, a TAR defende que todo curso de uma ação é traçado pela multiplicação, implicação, agrupamento de atores não humanos e que estes devem ser entendidos em termos do significado que sua produção e uso tiveram para a ação humana (LATOUR, 2012; p. 280).

Cabe agora entender os meios aos quais os actantes circulam fazendo com que as “coisas” aconteçam, o que nos remete ao conceito de rede contemplado na expressão “ator-rede”. No sentido conceitual da TAR, a palavra rede, explica por quais veículos, traços, trilhas e tipos de informação os actantes interligados entre si transportam, a partir de suas ações, de um ponto a outro, transformações mútuas, estabelecendo um fluxo contínuo de interferências. O conceito de rede é marcado pelo caráter dinâmico e pela complexidade de seus elementos de fluxos, conexões e agenciamentos heterogêneos e híbridos. Esse processo de fluxos contínuos dos actantes no processo de transportar coisas e informações provoca em um momento estabilização na rede, para permitir que um actante conflua com outro e dessa atividade novos entrelaçamentos possam ser feitos. Esse contexto de estabilidade dura somente o tempo necessário para que novos elementos possam ser associados, para que no momento seguinte a rede possa voltar a se redefinir e transformar seus componentes.

Para entender como um contexto estável se desloca para instável, a metodologia da TAR sugere investigar o processo de translação ou tradução.

Translação refere-se ao trabalho ao qual os atores modificam, deslocam e transladam seus vários e contraditórios interesses. A operação de translação consiste em combinar interesses até então diferentes num único objetivo composto. Como salienta LATOUR, “uma coisa pode durar mais e ser levada para mais longe, com maior rapidez, se continuar a sofrer transformações a cada etapa de uma longa cadeia de transformação” (2001, p. 74).

Ainda com o propósito discutir a categoria trabalho, puxaremos mais um fio desse emaranhado de atores que articulam o processo de escolha profissional, sem, contudo, pretender desatá-lo desse emaranhado. Para isso, iremos desmembrar um pouco mais a categoria trabalho em um elemento associado diretamente com ela: o sentido e o significado do trabalho. Assim, nos interessa pensar no significado e no sentido do trabalho como um elemento de referência importante no processo de articulação e associação a outros mediadores, sem que para isso seja necessário recorrer a esferas ideológicas e mercadológicas geralmente utilizadas nas pesquisas.

Dada a abrangência do tema trabalho, entendemos que tratar o sentido e significado do trabalho, sob uma única e universal perspectiva é uma tarefa inverossímil. Portanto, com intuito de reafirmar os múltiplos sentidos e significados do trabalho iremos apresentar o artigo intitulado “Sentido e significado do trabalho: uma análise dos artigos publicados em periódicos associados à Scientific Periodicals Electronic Library”. O artigo citado analisou estudos atuais que enfocam o tema sentido e significado do trabalho em periódicos da área de Administração de pesquisadores brasileiros, selecionando 15 artigos que abordam o tema trabalho, publicados em periódicos associados à base Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL) durante o período de 2008 a 2015. Os resultados da pesquisa mencionada sugerem que a categoria trabalho continua sendo um tema relevante de investigação, uma vez que constitui um dos valores fundamentais do ser humano, dado ao papel que exerce à sua autorrealização, sua subjetividade e desenvolvimento da sua identidade.

Embora o intuito dessa pesquisa não seja se aprofundar na diversidade de sentidos e significados do trabalho, entendemos que o artigo possa corroborar com essa pesquisa no sentido de destacar o tema trabalho a partir do seu caráter complexo, multifacetado e polissêmico e, portanto, inferir que as associações vinculadas a ele, como por exemplo o fenômeno da escolha profissional, serão também engendradas por esses mesmos atributos. Para melhor compreensão dos

pontos abordados no referido artigo, construímos um quadro de referência com os dados que entendemos mais aderentes com o discutido nessa pesquisa:

Artigo referência	Objetivo da pesquisa	Destaque da pesquisa
“Mudanças no mundo do trabalho e cidadania na sociedade contemporânea: análise dos discursos de trabalhadores no sul de Minas Gerais” – Pereira, Muniz e Brito (2009)	Estudar o sentido do trabalho e como ele se relaciona com o exercício da cidadania na concepção dos trabalhadores.	Constata que o trabalho é percebido pelos indivíduos de acordo com a interação existente entre eles e a interpretação decorrente das mudanças ao longo dos anos no mundo do trabalho. [...] tais mudanças definem novas práticas de produção, bem como podem gerar a precarização do trabalho, desvalorização de suas relações e o avanço do desemprego
“Novas gerações no mercado de trabalho: expectativas renovadas ou antigos ideais?” – Cavazotte, Lemos e Viana (2012)	Buscou conhecer as expectativas dos jovens profissionais que estão ingressando no mercado de trabalho, no que tange à inserção nas organizações, com ênfase nas recompensas tangíveis e intangíveis obtidas no trabalho.	As autoras entendem que, [...] as implicações do sentido do trabalho para as organizações e sociedades são amplas, uma vez que ele determina aquilo que as pessoas julgam ser legítimo no contexto ocupacional, o que estão ou não dispostas a tolerar, como os custos que as elites aceitam para direcionar as várias atividades do mundo do trabalho, até a facilidade com que indivíduos se dispõem a mudar hábitos para satisfazer os imperativos de novas tecnologias.
“Prazer e sofrimento: um estudo de caso em um centro de pesquisas brasileiro”, de Falce, Garcia e Muylder (2011)	O objetivo é descrever e analisar as percepções de prazer e sofrimento dos pesquisadores de um centro de pesquisas em Minas Gerais.	Os autores entendem que o trabalho como atividade, nos dias atuais, aumentou em significado para as pessoas e para a sociedade. O contexto dessa atividade deixa de ser a ocupação-meio e ganha a posição de destaque de atividade-fim na vida dos trabalhadores.
“O novo sentido do trabalho para o sujeito pós-moderno: uma abordagem crítica” Rohm e Lopes (2015)	O objetivo desse artigo é analisar as maneiras como a sociedade gerencial desenvolve uma representação do mundo e da própria pessoa humana.	[...] o trabalho é uma condição fundamental na existência humana. Por meio dele, o homem se relaciona com a natureza, constrói sua realidade, significa-se, insere-se em contextos grupais, atua em papéis e finalmente promove a perenização de sua existência. Por viabilizar a relação dos indivíduos com o meio, em um dado contexto, o trabalho expressa-se como incessante fonte de construção de subjetividade, produzindo significado da existência e do sentido de vida. Todavia, o trabalho na pós-modernidade ocupa de tal forma um espaço no desejo do indivíduo que as pessoas buscam somente neste papel o sentido de suas vidas, inviabilizando a autorrealização plena do ser humano.
“A dinâmica do significado do trabalho na iminência de uma privatização” – Palassi e Silva (2014)	O artigo visa a evidenciar a dinâmica do significado do trabalho na iminência da privatização de uma empresa do setor de saneamento brasileiro.	Os autores baseiam sua análise nas dimensões interrelacionadas da construção do significado do trabalho proposta pelo grupo MOW(*). Os autores concluem que a iminência da privatização causa uma fragmentação do sentido do trabalho, e sua posterior ressignificação, como forma de enfrentamento do processo iminente. (*). Meaning of Work International Research Team – M.O.W (1987)

Artigo referência	Objetivo da pesquisa	Destaque da pesquisa
<p>“Sentidos do trabalho e racionalidades instrumental e substantiva: interfaces entre a administração e a psicologia” – Andrade, Tolfo e Dellagnelo (2012).</p>	<p>O artigo busca identificar aproximações entre os traços que caracterizam os sentidos atribuídos ao trabalho e as racionalidades instrumental e substantiva.</p>	<p>[...] existem divergências em torno dos fenômenos significados e sentidos do trabalho devido à imprecisão conceitual dos construtos sentidos e significados, e por tratar-se de fenômenos multifacetados constituídos de diversas variáveis pessoais e sociais, investigadas por autores de diferentes perspectivas teóricas. Com isso aprofundar o estudo desses fenômenos, em interface com outras áreas contribui para aperfeiçoar os estudos sobre a temática. Os autores também destacam que: apesar do foco dos estudos sobre sentidos do trabalho em geral dar-se sobre categorias profissionais, ou seja, sem a contextualização de um ambiente organizacional específico, infere-se que há uma imbricação entre os sentidos atribuídos ao trabalho e a racionalidade. Isso ocorre porque eles são elaborados em uma determinada sociedade e em organizações nas quais predominam características de racionalidade. Destaca-se que hoje se vive em uma sociedade capitalista, na qual a relação entre meios e fins e o cálculo utilitário das consequências são altamente valorizados.</p>
<p>“Trabalho e subjetividade: sofrimento psíquico em contexto de mudanças organizacionais” – Backes (2012)</p>	<p>O autor buscou verificar como o funcionário vivencia subjetivamente as mudanças organizacionais em uma empresa de grande porte, especificamente no que concerne ao sofrimento psíquico.</p>	<p>Segundo o autor: [...] o trabalho, ao mesmo tempo em que é fonte de sofrimento e alienação, pode ser também, sob outro ângulo, um significativo instrumento de resgate do homem como sujeito, de reapropriação e emancipação, de aprendizagem e da prática da solidariedade e da democracia.</p>
<p>“Significado do trabalho nas indústrias criativas” – Bendassolli e Borges-Andrade (2011).</p>	<p>Os autores analisaram o significado de trabalho para profissionais que atuam em indústrias criativas.</p>	<p>Os autores entendem que: [...] existem, entre tantas, duas representações fortes sobre o significado do trabalho e do trabalhar na tradição de pensamento do Ocidente. O influente conceito de alienação exemplifica essa ideia. O trabalhador é alienado quando não possui controle sobre seu próprio trabalho, ou então quando a atividade a ser realizada está desconectada de suas vivências, experiências e iniciativas como sujeito. Nessa perspectiva, o trabalho é uma ameaça a ideais como os de liberdade, dignidade e, especialmente, à representação do trabalho como confronto criativo do homem com a natureza, do qual emerge sua própria existência material e psíquica,</p>

Artigo referência	Objetivo da pesquisa	Destaque da pesquisa
Significações psicossociais sobre o sentido do trabalho e a competitividade em modos de produção contemporâneos” – Cardoso e Carvalho (2009)	Os autores buscam entender como se dá o atendimento dos interesses e das necessidades humanas e empresariais, com foco na formação da identidade psicológica e inserção social dos indivíduos, na eficiência operacional e competitividade das empresas.	Os autores verificaram que, para os trabalhadores, o sentido do trabalho é obtido pela efetividade do trabalho desenvolvido pelas equipes e pela adequação das relações por meio do modelo de gestão. A conjunção desses elementos proporciona aos indivíduos a condição que permite a formação de sua identidade psicológica e inclusão social.
“O significado do trabalho para uma executiva: a dicotomia prazer e sofrimento” – Lourenço, Ferreira e Brito (2013)	Os autores investigam quais as dimensões percebidas por uma executiva sobre a atividade profissional que realiza.	Os autores confirmaram a centralidade do trabalho na vida do indivíduo e evidenciaram que a dimensão do prazer não está condicionada apenas a contextos organizacionais que estejam fora do enclave do mercado, tais como manifestações culturais, religião, artes, entre outros. É possível a vivência de prazer no contexto empresarial. Pode-se constatar que a centralidade do trabalho na vida dessa executiva justifica a preponderância da dimensão do prazer, pois muitas foram suas percepções positivas. acerca do trabalho, denotando mais satisfação e bem-estar psicológico do que sofrimento.
“Dimensões do significado do trabalho e suas relações” – Kubo, Gouvêa e Mantovani (2013).	Buscaram identificar as dimensões mais associadas ao significado trabalho na vida das pessoas e suas relações.	Destacou-se, na amostra pesquisada, que o trabalho possui papel importante em atribuir significado à própria vida do trabalhador, o trabalho é visto como um fator fundamental da vida como um todo. Adicionalmente, observou-se que os objetivos e resultados valorizados no trabalho (como aprendizagem, autonomia, prestígio, ascensão) são mais importantes para os trabalhadores do que os direitos e deveres relacionados ao trabalho.

Apesar da diversidade de pontos de vistas e de formas de abordar a questão do significado e sentido do trabalho é possível observar, nos artigos apresentados na pesquisa em referência, que alguns aspectos aparecem como centrais, ainda que apontem convergências:

- a) A centralidade da dimensão profissional na formação da identidade psicológica e no estabelecimento do bem-estar das pessoas;
- b) O trabalho como um valor fundamental a vida em sua totalidade;
- c) As transformações introduzidas pela contemporaneidade são percebidas tanto como positivas quanto negativas aos modos de existir e de trabalhar das pessoas entrevistadas;
- d) A associação do trabalho como um modo de inclusão “social”;

- e) A relação entre trabalho e modo de produção do sistema capitalista (a pesquisa não esclarece o sentido dado para o termo “capitalista”).

Entendemos que investigar um determinado fenômeno a partir do viés de categoria é, de certa forma, enquadrá-lo em um tipo de realidade que existe de forma isolada e cuja interação só ocorre polarizada (sujeito-objeto, sociedade-natureza, humano-não humano). Com a contribuição da TAR podemos investigar a relação entre indivíduos e as coisas como, por exemplo trabalho, não pela perspectiva categoria, mas sim como um actante que *faz fazer* (LATOURE, 2012). Para a TAR, tudo que existe é constituído de redes, assim, as coisas existem em função de suas relações com elas. Ao trazer o artigo citado propomos que o sentido e significado do trabalho seja entendido como uma pista rastreável para se investigar como os objetos, práticas e discursos são manejados de modo a performatizar os modos de trabalhar. Ou seja, como os atores (humanos e não humanos) atuando em conjunto são levados a agir em função da própria habilidade que possuem de se associar uns com outros. Portanto, de agora em diante chamaremos trabalho não mais como categoria, mas como actante. Ao promover esse deslocamento queremos ressaltar o caráter dinâmico com que os actantes agem permitindo que novas configurações possam surgir, numa ação de fazer e refazer vínculos que, por sua vez, produzem novas realidades. Por outro lado, se a rede em torno deles vacila, eles podem vacilar também. Se eles não estão sendo colocados em cena, então não podem agir. As narrativas apresentadas sobre o sentido e o significado trabalho fazem mover alguns actantes, tornando-os visíveis, enquanto muitos outros se tornam invisíveis. Como diz LATOURE: “Se quero ter atores no meu relato, eles precisam fazer coisas, não ficar no lugar de outros; se fazem alguma coisa, fazem também alguma diferença. Se isso não acontecer, jogue-os fora e recomece a descrição” (2012; p.222). Os sentidos e significados do trabalho podem oferecer pistas que deixam entrever a feitura de realidades construída pelos actantes.

Ao abordarmos a noção de sentido e significado do trabalho incorremos no risco do leitor pouco familiarizado com os conceitos e metodologia adotados nesta pesquisa seja levado a concluir, equivocadamente, que: se há um sentido e significado de trabalho, então, há um sujeito que o atribui. O risco consistiria em se pensar em um sujeito cognoscente apto para atribuir sentidos e significados da leitura que faz do mundo ao seu redor e, separado desse mundo, constituir a sua essência.

Buscamos uma noção de sujeito que supere o proposto pela Psicologia moderna, que ao focalizar o indivíduo o representa sob a forma de realidade interna e com a qual se relaciona com um mundo social entendido como realidade externa. Tal noção, produz uma cisão artificial da experiência humana ao defender a ideia de que há um “aqui dentro” e um “lá fora”, corroborando para disseminação da percepção de um sujeito isolado, dissociado do mundo e, dessa maneira, alheio a dimensão coletiva de existência. Nessa perspectiva, procuramos nos afastar da centralização na racionalidade, tão característica da modernidade, que afirma a preposição “uma mente que pensa” e onde o “eu” psicológico tem total primazia. Buscamos também outras possibilidades de tratarmos a noção de subjetividade que não seja a do referencial da modernidade que a concebe como uma instância do domínio de uma suposta natureza humana. FONSECA (2002) propõe uma torção dessa noção ao propor que: “A ideia de subjetividades fixas, imutáveis, solidamente territorializadas encontra-se em declínio, evidenciando como fragmentado o sujeito até então considerado unificado (p.45).

Nesse ponto somos guiados pelas argumentações de LATOUR, no que diz respeito a recorrer a explicação do fenômeno como decorrente da existência de uma força “por trás das aparências ilusórias”, que constitui a “matéria real”. Nesse sentido, usar a entidade “subjetividade” para explicar fenômenos ditos psicológicos não esclarece a matéria a qual são “realmente” feitos e, nem tão pouco os mecanismos aos quais recorrem para alcançar seus objetivos. Nas palavras de LATOUR:

Para preencher o “abismo de execução”, o melhor é quase sempre mudar de atitude e introduzir abruptamente a “subjetividade”, a “intencionalidade” e a “interioridade”, ou ao menos apelar para algum tipo de “equipamento mental”. Se a moldagem do social a partir “de fora” não for suficiente para completar a ação, então os demais recursos devem vir “de dentro” ou do grupo humano localmente reunido. (2012; p. 297)

A TAR nos oferece outras configurações para pensar “sujeito”, já que questiona o uso de “entidades mágicas a fim de emprestar sentido aos fenômenos”. Assim, somos convidados a não aceitar, prontamente, categorias que expliquem por si só o fenômeno. Ao abrir mão da lógica reducionista que prima por uma postura categorizante ao fornecer somente uma única explicação para os fenômenos, somos levados a *fazer aparecer* - o que até então se fazia oculto – incontáveis e complexos elementos operando agenciamentos híbridos (pessoas e objetos) orientados por

mecanismos articulados, distintos e localizados ¹ que constroem modos de existências. Nossa concepção privilegia uma noção de sujeito a partir do caráter indissociável, dialético e dinâmico de suas relações com meio que o rodeia. Dessa forma, nos interessa pensar a relação dialética pessoa e mundo do trabalho, entendendo o trabalho como vivência relacional, no sentido de que a pessoa é o que faz, ou seja, os sentidos e significados do trabalho são produzidos pelos sujeitos, processualmente, a partir de suas experiências concretas. Como FONSECA dirá:

Como se vê a subjetividade, deste ponto de vista, é processual e resulta de um entrecruzamento de determinações coletivas é heterogêneas e não se refere a uma interioridade pertencente aos indivíduos, embora seja assumida e vivida em suas experiências particulares. (2003; p.4)

Não pretendemos negar que haja articulações individuais, mas sim criticar a ideia de “indivíduo individualizado caracterizado por um eu puro, interiorizado, constituído sem interferências e arranjos realizados no seu processo de estar no mundo” (Arendt, Quadros, & Moraes 2019 p. 3). Interferências e arranjos incluindo-se, também, elementos não humanos que junto com o humano tecem o mundo vivido experimentado por várias formas de se deixar afetar (modos de pensar, sentir e agir que por sua vez moldam gestos, desejos e escolhas), assim como, de produzir afetações.

Ao articular a questão de sentido e significado do trabalho com uma noção de sujeito queremos enfatizar que não há sentido dissociado e individualizado, mas a tessitura de uma rede, que envolve incontáveis actantes, e por onde o sentido circula, assim, “nunca há sujeitos conhecedores ou objetos conhecidos, há redes de actantes em diferentes modos de existência” (Arendt, Quadros, & Moraes 2019 p. 3). Significando dizer que, atribuir sentido e significado ao trabalho se insere em uma coletividade que envolve o indivíduo e a “sociedade”, coletivo esse mantido por laços provisórios de novas associações e não como uma estrutura – “laços sociais” – fixa, pois: “Vivemos em grupos que parecem firmemente estabelecidos; mas, então, como se transformam com tamanha rapidez?” (LATOURETTE, 2012; p.41).

¹ O termo localizado aqui se inspira na proposta Donna Haraway (1995) saberes localizados que ressalta a importância de não nos atermos as universalidades, para Haraway o conhecimento é uma prática situada. O pensamento de Haraway encontra aproximação com o próprio Latour para o qual todo local chega a um global e todo global parte de um local (2012).

2.2 O capitalismo, a lógica da escolha e a lógica do cuidado: Convocando Annemarie Mol para a discussão

Ao abordar a temática do capitalismo para essa pesquisa não temos a intenção de uma discussão que elucide sua natureza, seus efeitos e os elementos que a ele se associam, mas sim tirar o tema da obscuridade com que é tratado na OP. Pensamos em trazê-lo aqui por nos parecer que as pesquisas e práticas em OP lidam, senão totalmente, pelo menos em parte relevante, com o capitalismo como uma variável inexpressiva, ou, o que talvez seja mais comum, como uma variável aceita sem nenhuma controvérsia, como se a sua ação e seus efeitos já estivessem por demais esclarecidos e aceitos na esfera coletiva.

Vale esclarecer que o que nomeamos de capitalismo aqui, não se refere ao capitalismo do ponto de vista ideológico ou socioeconômico mas sim a adoção de um conjunto de práticas, atividades, tecnologias, sistemas de poder, modos de gestão, políticas, dinheiro, instrumentos, acordos, informação etc., que juntos performatizam uma rede que produz efeitos indefinidos, sutis, velados, disfarçados, mas também notórios, concretos, irrefutáveis e ostensivos, que engendram novos estilos de organização de elementos humanos e não-humanos e reconfigura a relação homem-trabalho.

Celso Furtado (2013) um autor necessário para compreender a realidade das décadas que trataram o desenvolvimentismo e a transição da economia mercantil para a economia industrial, em um artigo intitulado de “metamorfozes do capitalismo” dirá acerca do “capitalismo”:

No mundo contemporâneo ninguém pode ignorar que o processo de globalização dos circuitos econômicos e financeiros tende a se impor, independentemente da política que este ou aquele país venha a adotar. Trata-se de um imperativo tecnológico, semelhante ao que comandou o processo de industrialização que moldou a sociedade moderna. (FURTADO, 2013 p.450)

Inferimos que há uma associação senão direta, ao menos, muito expressiva das forças híbridas que associadas tecem uma rede vasta por onde poder, controle, valores, sentidos fluem alcançando o processo da escolha profissional. Novamente, trago a experiência viva da escuta clínica, para colocar algumas questões: Por que escolher uma profissão, na nossa contemporaneidade, se tornou algo tão complexo? Por que todos os orientandos se parecem na sua questão dilemática? Por que as

narrativas se limitam ao autocentramento? Por que os modos de trabalhar privilegiam os mesmos atributos? Quanto as questões colocadas, Bock dirá:

Assim, seria possível concluir que a questão da escolha profissional não pode ser considerada um problema natural e universal dos seres humanos. Portanto, a ideia de que a pessoa escolhe o seu caminho a partir das condições em que vive e em função das suas vontades e aptidões, só ocorre com o desenvolvimento do sistema capitalista (BOCK, 2018; p.25).

Ainda que essas sejam perguntas abertas elas instigam a irmos nos rastros do que nos parece comum: o campo de onde emerge a escolha profissional está inundado de agentes (humanos ou não humanos) que produzem modos de trabalhar e estilos de ser e estar no mundo desejáveis (no sentido de modelados e padronizados) a um coletivo. É preciso que os pesquisadores e o orientadores profissionais se debrucem nesse campo e indaguem os agentes a respeito ao *como* mobilizam e em *quais condições* convocam a ação. Norteados pela TAR, somos levados a pensar que o que leva uma pessoa a agir e escolher é bem mais complexo, incerto e múltiplo do que as explicações que habitualmente são dadas pelas práticas em OP. Os efeitos produzidos pelas práticas de pesquisas e pelas práticas cotidianas engendram realidades que colocam em movimento o “sistema capitalista” que se estende por toda parte. Seu fluxo ininterrupto, fluído e desordenado verte inundando a vida cotidiana, as relações humanas, forja desejos, cria necessidades, aponta caminhos e faz existir realidades massificadas. A resistência é um ato possível, mas custoso. Acabamos nos deixando levar pela sua força ou seria melhor engalfinhar-se e assumir os custos? Por tudo que foi dito ao longo desses parágrafos, entendemos que o capitalismo é um agente que não pode ser tratado em um lugar secundário, pelo contrário, precisa ser pensado como um ponto nevrálgico nas pesquisas de OP.

Embora essa escrita faça algum sentido em termos de percepto e de afetação, sua validade efetiva, dada a maneira imprecisa com que abordamos o capitalismo é questionável, principalmente, tendo a Teoria Ator-Rede como referência metodológica. Isto porque, a TAR possui uma argumentação diferente das ciências sociais tradicionais, pois para a TAR o capitalismo não possui uma propriedade intrínseca capaz de movimentar o “social”, a “economia”, a “política”, a “vida”. Seu poder e dominação não podem ser considerados *por si mesmo*, como se tratasse de uma força estranha, bizarra e insólita que de maneira invisível movimentasse a ação por trás dela. A crítica da TAR também se estende à maneira com que a natureza do capitalismo é descrita pelos sociólogos sociais. Para eles, sua natureza é composta

por uma mistura homogênea constituída por objetos que estariam, simplesmente, unidos um ao outro formando camadas e mais camadas de um mesmo material, assim como os humanos, estariam ligados entre si, exclusivamente, por vínculos sociais (LATOURE, 2012; p. 126). Para TAR explicar o capitalismo com esses argumentos seria pouco realístico e uma forma modesta de explicar a variedade de ações, os efeitos ambíguos e a influência difusa de seu poder e dominação. Segundo LATOUR, a sociologia social ao recorrer a *forças poderosas – o poder pelo poder* - para explicar o efeito do domínio do capitalismo estaria confundido causa e efeito. Mas não só isso, estaria, imprudentemente, encobrindo o intrincado entrelaçamento de humanos e não humanos e silenciando os inúmeros e múltiplos actantes que atuam, incessantemente, e que levam a agir. Estaria, portanto, segundo LATOUR, cometendo um crime político:

[...]o uso gratuito do conceito de poder por tantos críticos teóricos os corrompeu de todo - ou, pelo menos, tornou sua disciplina inútil e sua política impotente. Como a “virtude dormitiva do ópio”, ridicularizada por Molière, o “poder” não só põe os analistas a dormir, o que nem importa tanto assim, como também tenta anestesiá-los os atores - e isto é um crime político. (2012, p. 127)

Latour confronta as explicações que recorrem a *forças poderosas* como um recurso definitivo, propondo uma noção de capitalismo como o efeito da ação de uma diversidade e complexidade de actantes capazes de estabelecer associações momentâneas e que estão associados de tal modo, que *fazem* outros fazerem coisas. Além disso, os actantes, no movimento de suas ações, não transportam uma força, um objeto, uma coisa que permanece a mesma por todo o percurso de suas ações, pelo contrário, produzem transformações que são desencadeadas em outros actantes. Nessa perspectiva, para a TAR ação é encarada como um emaranhado de fios que se atam em um nó apertado e que, por isso mesmo, é denso, firme e não desamarra com facilidade. Assim, para se conhecer os efeitos produzidos pelo capitalismo é preciso seguir os rastros deixados pelos actantes quando uma nova associação se constitui e estar atento ao modo em que eles próprios respondem as suas questões. Tarefa em nada simples, que exige um tanto de empirismo para identificar e seguir os atores, uma resistência as incertezas e uma negação do próprio desejo de querer apresentar explicações prontas e conclusivas.

Como dito antes, o que, usualmente, é chamado de “lógica do capitalismo”, para a TAR é o efeito da associação de incontáveis actantes que prescindem da participação de tantos outros que agem entrelaçados autorizando, encorajando,

influenciando, dificultando, neutralizando etc. Entendemos que a lógica da produção capitalista está presente no campo de forças de onde o fenômeno da escolha será construído, principalmente, pela lógica do “ou” se sobrepondo a lógica do “e”. A lógica do “ou” opera uma exclusão, separa e segrega dimensões da escolha. Expressa a ideia de que escolher é não só, imprescindível, como é forçoso. Já a lógica do “e” se indica uma ação aditiva e inclusiva. Com isso, convoca a possibilidades, permite relações plurais que sustentam diferenças e escolhas de dimensão mais ampla.

Nesse capítulo, com a intenção de propor lógicas que acolham escolhas múltiplas, trazemos a contribuição de Annemarie Mol. MOL é médica, filósofa e pesquisa a confluência da filosofia, sociologia medicina, antropologia, sociologia da ciência e teoria social. Seus estudos partem da orientação teórico-metodológica da TAR. A proposta de MOL (2008) permite que outras formas de cuidar possam existir, além da lógica, tradicionalmente, praticada no que ela denominou de lógica da escolha. Muito embora seu trabalho tenha sido desenvolvido no âmbito médico com pacientes diabéticos num hospital da Holanda, buscamos sua contribuição para pensar em outras formas de performar realidades, entendendo que isso possa, em alguma medida, alcançar o orientando, mas também trazer para reflexão que o campo da OP parece desconhecer que o orientando busca ajuda do orientador porque sofre, portanto, é preciso pensar na OP atuando em uma rede de cuidado.

MOL em suas pesquisas enfatiza a ideia de *enacting* ao argumentar que a realidade vivida é performada por meio de incontáveis práticas. É válido ressaltar que quando MOL fala de práticas, estas não se restringem às teorias desenvolvidas em centros acadêmicos e laboratórios, mas alcançam a vida diária através de vacinas, motores, tecnologias, aparatos, dispositivos, técnicas e tantos objetos quanto possíveis que transportam com eles novas realidades, novas ontologias.

Se a realidade é performada como resultado de múltiplas práticas, é possível concluir que multiplicidade é um atributo da realidade. *Performar* a realidade significa que há diferentes maneiras de fazer existir realidades o que aponta para a dimensão política e ontológica das práticas de pesquisas. MOL utilizou a expressão Política ontológica e esclareceu o uso dos termos política e ontologia:

Ontologia que na linguagem filosófica comum define o que pertence ao real, as condições de possibilidade com as quais vivemos. A combinação dos termos “ontologia” e “política”, sugere-nos que as condições de possibilidade não são dadas à partida. Que a realidade não precede as práticas banais nas quais interagimos com ela, antes sendo moldada por

essas práticas. O termo política, portanto, permite sublinhar este modo ativo, esse processo de modelação, bem como seu caráter aberto e contestado.” (1999, p.75)

MOL, ao usar os termos ontologia e política quis indicar que o “real” está implicado no político e vice-versa. Portanto, diferentes versões de realidades coexistem no momento presente sem que se excluam mutuamente. Por fim, se a realidade é performada pelas práticas que, por sua vez, têm conotações políticas, somos levados a concluir que é indispensável conhecer a relação entre o real e o político. Assim, somos provocados a elaborar algumas indagações: Diante de tantas realidades como escolher? Escolher depende do que? Quando escolhemos, alguém mais escolhe? Há mesmo alternativas de escolha?. Para MOL a realidade não é só múltipla, mas também localizada histórica, cultural e materialmente. MOL usa o termo localizado no sentido de “situado”, “posicionado”, ou seja, leva em conta a especificidade do campo de onde as práticas *vão se fazendo* (enacting) em um presente em curso considerado sempre mutável e aberto.

Retomando a questão do cuidar, no livro a Lógica do Cuidado – Saúde e o problema da escolha do paciente, MOL nos apresenta outra possibilidade para a palavra “paciente” que, usualmente, é associada com passividade e subordinação. A autora, contrapõe a ideia de “paciente passivo” com a ideia de “pacientes ativos” : *Um médico pode “prescrever” pílulas, mas o paciente é a pessoa que tem que “tomá-las”, lembrá-las, encontrá-las e engoli-las* (2008, p.302). O paciente participa ativamente do seu tratamento, *fazendo* o seu próprio cuidado. A autora, propõe uma reflexão oposta a premissa de que ser totalmente saudável é a situação-padrão da vida. Para isso apresenta duas maneiras de se lidar com a doença: a lógica do cuidado e a lógica da escolha. A lógica da escolha seria designada por adesão, ou seja, por escolha do paciente, suportada pelo pensamento neoliberal de que as escolhas são racionais e centradas na dimensão individual. MOL indaga em que medida a lógica da escolha interfere no bom cuidado:

Em práticas de cuidado, esse ideal não funciona tão bem – até porque pessoas não escolham ter, por exemplo, diabetes tipo 1 [...] Em vez disso, a diabetes acontece. Não é atraente para eles. É um problema que enfrentam, ou um conjunto de problemas. E digamos, eles não “escolhem” medir com menos frequência do que a enfermeira sugere, mas isso acontece. De alguma maneira, podem falhar em organizar suas vidas cotidianas de acordo com as várias regras de vida que vêm com a doença. É possível que eles não vão dar conta de tudo. Esse é o meu ponto: cuidado não é principalmente sobre escolhas, mas é sobre a organização na prática (2008; p.303).

Para MOL o cuidado, diz respeito a modos cuidadosos de organizar a vida e às práticas. O cuidado é *feito* nas práticas cotidianas de cuidado. As práticas de cuidado são configuradas a partir do aspecto relacional que escapa do enquadre usual - cuidador/pessoa cuidada e paciente/profissional de saúde - tornando-se mais fluido e circunstancial, dependendo da especificidade do campo em que o cuidado é performado. Segundo MOL, uma prática sempre acontece em algum lugar, nunca em todos os lugares (2008).

Considerando os argumentos de Mol, de que a realidade é feita pelas práticas situadas histórica, cultural e materialmente e que a lógica do cuidado, contraposição da lógica da escolha, se inscreve a partir do aspecto relacional, elaboramos as seguintes indagações: em que lógica as práticas de OP se inserem? Que lógicas são privilegiadas nos seus discursos e práticas? O sofrimento experimentado no processo de escolher uma profissão é manejado a partir de uma prática de cuidado tecida em rede?

De um modo geral, os serviços de OP são oferecidos para uma classe social-econômica que tem o privilégio de pensar na escolha profissional como um projeto de construção de futuro, assim é possível pensar que para eles, o trabalho da OP é buscado com o intuito de assegurar o futuro. Nesse sentido, a escolha não é propriamente experimentada como um exercício de liberdade, mas, pelo contrário, escolher uma *escolha certa* é garantir a inserção de modos de viver e modos de trabalhar engendrados pelas especificidades de um campo que, em regra geral, define o que vem a ser um futuro promissor. A ação de assegurar o futuro é assumida a partir de várias e sucessivas camadas, cada qual distinta da seguinte, acrescentando heterogeneidade, multiplicidade e complexidade ao que *faz agir*. Como dito antes, partimos da premissa que o campo de onde emerge a escolha profissional está inundado de ações e práticas que “*se fazem*” capitalista. Assim, escolher a partir da especificidade desse campo implica tomar decisões delimitadas por ações *capitalistas*, considerado aqui não como entidade vaga, mas uma associação híbrida de muitos elementos.

Quem procura os serviços da OP, normalmente, vivencia uma grande ansiedade e uma sensação de se perceber sem condições de enfrentar as pressões e demandas do meio, que são muitas e de muitas ordens, sucesso, competência, status, consumo, responsabilidade, autossustento, plano de saúde, lazer, moradia etc. A experiência do momento da escolha profissional é relatada como pouco harmônica

e satisfatória e, assim, fonte de muito sofrimento. Um olhar menos atento, pode entender que a prática de OP se dá a partir da simples relação entre um especialista (orientador) e inexperiente (orientando), mas se nos detivermos com maior afinco avistaremos a complexidade que opera por trás dessa relação. Orientador e orientando estão inseridos em uma rede complexa de conexões. Portanto, na relação orientador-orientando, há uma diversidade de outros actantes agindo e fazendo agir. Por parte do orientador, atuam as vozes de outros orientadores, objetos, técnicas, dinâmicas, teorias, livros, métodos, testes psicológicos. A capacidade de intervir no dilema do orientando depende, em boa parte, das experiências vivenciadas, de sua formação, de saberes, de recursos terapêuticos, do uso de instrumentos psicométricos ou o não uso deles, de técnicas, de jogos lúdicos etc. e toda e qualquer materialidade que embase a prática do orientador. O orientando, por sua vez, também não está só, está cercado de vozes humanas e não humanas: amigos, familiares, professores, testes vocacionais, sites com dicas de escolha profissional, matérias em revistas e TV, vídeos, publicidade de instituições de ensino, cenários econômicos etc. Mas pensando na colaboração de MOL quanto ao aspecto relacional do cuidado, nos interessa pensar em como o orientando é posicionado no processo de escolher uma profissão, uma vez que “relação” implica em múltiplas possibilidades de se posicionar e ser posicionado.

O termo cuidar é pouco comum nas pesquisas de OP. Embora, em uma perspectiva mais ampla, o trabalho de OP seja desenvolvido tendo uma compreensão da dinâmica relacional entre orientador-orientando no que diz respeito ao nível de engajamento e participação de ambos no processo de construção da escolha. Entendemos que trazer Mol para essa pesquisa contribui no sentido de refletirmos com que versão de escolha e que versão de cuidado as práticas de OP estão operando. Compreendemos que o trabalho da OP se situa em um campo com fronteiras bem permeáveis, onde, muitas vezes, querer atender a demanda dos que procuram o serviço de OP é atuar de modo congruente com os efeitos das ações e práticas que fazem circular modos de ser, de viver e de trabalhar massificados e padronizados. É situar o orientando privilegiando uma atmosfera e linguagem, compactuada com os porta-vozes do capitalismo. É concebê-lo a partir da noção de cliente e cidadão, que, assim, como qualquer outro tomador de serviço, quer receber a contrapartida do valor pago. Entretanto, é válido perguntar: o que espera um orientando por parte do orientador em uma realidade que parece só admitir a vertente

da produção capitalista? A partir de MOL, a relação com o orientando pode ser estabelecida a partir de um entendimento diferente do modelo capitalista que opera na lógica escolha: na lógica da alternância, ou seja, se existe uma escolha profissional certa, todas as demais são erradas. Assim como MOL, entendemos que a lógica da escolha, o modelo neoliberal, incita a tomada de decisões racionais e supervaloriza a dimensão da autonomia e da individualidade. Boa parte dos discursos e das práticas em OP tem como centralidade o ato da escolha profissional como um exercício de autonomia e de maturidade do orientando, entretanto esse costuma ser um exercício monitorado de perto, pois o orientador possui a expertise para ajustar deslizes incompatíveis com o futuro pretendido, dentro, é claro, de uma realidade que prioriza escolhas alinhadas a um modo de viver e de trabalhar que não seja dissidente com realidades massificadas.

No trabalho oferecido pela OP parece-nos que a lógica da escolha é mais, usualmente, aceita como prática de cuidado. Talvez pela sua origem (e manutenção) de aderência com o propósito de “produção capitalista” a OP tenha se desenvolvido levando em conta concepções enraizadas em modelos deterministas e modos massificados de se pensar a vida e o trabalho. Como consequência dessas concepções, o cuidado é performado como algo pronto, um modelo a ser seguido e, por isso mesmo, requer pouca afetação. Entretanto, a lógica do cuidado se apresenta também como uma possibilidade de performar o cuidar. O cuidado recai sobre o aspecto relacional e envolve vínculo, encontro, afetar e se deixar ser afetado, o que importa é o contexto singular, os processos vividos, a feitura processual dos modos de ser, pensar e agir que conduziram a pessoa até esse acontecimento, portanto, escolher uma profissão não pode ser tratado como um acontecimento isolado e, muito menos, por lógicas valorativas reforçadas por esquemas de vida padronizados. A relação orientador-orientando não é delineada como uma transação estabelecida entre tomador de serviço e prestador de serviço, mas sim como um processo de interação que autoriza as idas e vindas da construção do vínculo, diferentes discursos e engajamento. Não se trata de abandonar a lógica da escolha, mas de ponderar sobre outras formas de performar o cuidado a partir de várias versões que se entrelaçam construindo um cuidado que circula em rede.

3 ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: UMA PRÁTICA QUE OPERA EM UM CAMPO DE FORÇAS MÚLTIPLAS

3.1 Escolha profissional: um fenômeno singular e de campo

Com o objetivo de superar o pensamento generalizante e simplificado que, usualmente, embasa a teoria e a prática de OP, propomos discutir o fenômeno da escolha profissional a partir do referencial da abordagem gestáltica. Entendemos que a abordagem gestáltica oferece pressupostos teóricos que podem servir de instrumentos alternativos para compreender o fenômeno da escolha profissional como um fenômeno singular e de campo. Dentre os pressupostos, destacamos a Teoria de Campo idealizada por Kurt Lewin. Nosso interesse na Teoria de Campo, deve-se a adoção de uma perspectiva de totalidade para conhecer o que leva a pessoa *agir*, ou seja, decidir-se por uma escolha profissional. A partir da perspectiva da totalidade, o que motiva a pessoa a agir só pode ser estudado como um todo e não por suas partes isoladas, como também não pode ser descontextualizado do campo que produz a ação. A noção de totalidade está associada ao conceito filosófico de Holismo, que LEWIN incluiu no escopo teórico da Teoria de Campo. O Holismo considera o fenômeno como uma unidade indivisível, um todo maior que a soma de suas partes e que só pode ser compreendido pela interação de interdependência entre as partes que o compõem.

Kurt Lewin lançou, em 1936, o livro *Princípios da Psicologia Topológica*, onde fixou as bases do seu pensamento. De forma concreta, a Psicologia Topológica² de LEWIN refere-se ao estudo do conceito de campo de forças desenvolvido na Física. Seu interesse pela Física era explicar o comportamento humano introduzindo, no âmbito da Psicologia, múltiplos conceitos advindos da Física e da Matemática. Com o efeito desses conceitos entendeu ser possível representar matematicamente uma pessoa concreta (sobre a qual incidem forças chamadas de vetores) em uma situação concreta (campo constituído de regiões, sub-regiões, fronteiras e barreiras) em um

² A criação da chamada Psicologia Topológica por Kurt Lewin, se propõe a descrever e classificar os fenômenos psicológicos com base em conceitos tomados de empréstimo da geometria topológica. A topologia é um ramo não quantitativo da matemática que trata das relações espaciais que podem ser estabelecidas em termos de parte e todo. Seu objetivo fundamental é a análise das propriedades das figuras geométricas que se mantêm, mesmo quando estas figuras são deformadas a ponto de alterarem todas as suas propriedades métricas.

determinado momento. O objetivo principal de LEWIN era criar constructos que permitissem, concretamente, superar conceitos abstratos, classificatórios e dicotômicos.

Ainda que a Teoria de Campo seja mais utilizada no âmbito da Psicologia, não deve ser concebida como um domínio particular desse saber, sendo possível ser aplicada em outros campos, particularmente, em ciências sociais, como RODRIGUES argumenta:

Lewin buscou um método que fosse mais próximo da descrição dos fatos do que um que se baseasse em hipóteses prévias sobre eles, tendo como foco do seu trabalho o campo psicológico e a totalidade de forças que podem interferir no comportamento de uma pessoa ou de várias pessoas em determinado tempo e lugar. (RODRIGUES, 2013; p 118).

A teoria de LEWIN foi desenvolvida para superar as concepções empiristas que dominaram a Psicologia na primeira metade do século XX, bem como o paradigma Aristotélico baseado no pensamento classificatório e em abstrações. Para LEWIN o pensamento classificatório não enxerga o homem de forma integrada e expressa modos do ser cindido em categorias. Essas são consideradas determinações da realidade e servem para indagar e compreender a própria realidade (ABBAGNANO, 1998). O entendimento de LEWIN era que as categorias não davam conta da complexidade e da multiplicidade que o mundo apresenta. Além disso, conceitos classificatórios exigem certeza de que sempre, ou a maior parte das vezes, um elemento de uma certa classe agirá conforme as características inerentes a ela, já que se valem da suposição básica das séries temporais: há um sistema causal mais ou menos constante, relacionado com o tempo, que exerceu influência sobre os dados no passado e pode continuar a fazê-lo no futuro, ou seja, centrado na identificação de padrões de comportamento de um dado fenômeno. Com intuito de superar o método classificatório (essencialista) que estabelece determinantes *a priori* aos fenômenos estudados, LEWIN idealizou o método de construção (parte da indefinição para, assim, construir uma definição). Com a utilização de dois grupos de conceitos: topológicos (estrutura e dimensão) e vetoriais (tensão e campo de forças). A partir desses conceitos, LEWIN tornou possível que uma situação psicológica pudesse ser representada matematicamente. Seu objetivo com essa representação matemática, era estabelecer uma correlação dinâmica que permitisse, em conexão com leis (da física e da matemática), a elaboração de enunciados sobre o que é possível e o que não é possível em termos de fenômenos psicológicos.

3.1.1 Conceito de Campo ou “espaço vital”

O conceito de “campo” designa a ideia de que os eventos psicológicos funcionam como forças do comportamento humano, tal qual a noção de “campo de forças” da física, as forças gravitacionais e elétricas se manifestam em um campo em relação a objetos de mesma natureza.

Assim, segundo LEWIN, o comportamento humano é explicado como derivado da totalidade de fatos existentes em determinado momento, o que chamou de “espaço vital” psicológico. Para compreender a ideia de “totalidade de fatos existentes” se faz necessário mencionar alguns elementos-chaves:

- a) A ideia de “fatos existentes”, não significa dizer que estes existam na realidade física, mas sim na realidade psicológica da pessoa, ou seja, tal como ela percebe o mundo em relação as suas necessidades;
- b) Os fatos coexistem e têm caráter de um campo dinâmico. Ou seja, os fatos agem e reagem, dinamicamente, de forma que cada parte depende de uma interrelação com as demais partes do espaço de vida psicológico. Assim, qualquer aspecto particular focalizado deverá levar em conta a relação com a totalidade;
- c) Os fatos não dependem do passado, ou do futuro, mas do campo dinâmico no momento presente. LEWIN ressalta a importância de considerar o que está acontecendo num campo vivencial quando o fenômeno ocorre.
- d) Os fatos no ambiente psicológico também podem produzir mudanças no mundo físico, portanto a uma relação bidirecional entre o espaço psicológico e o mundo externo, pois se trata de uma fronteira de propriedade de permeabilidade.

A teoria de LEWIN entende que o comportamento ocorre em um campo de forças interligadas, ressaltando que campo não é um lugar específico, mas sim processualidades de situações concretas. SAIDON, ao explicar a noção de campo psicológico, salienta que:

O Campo psicológico consiste no espaço de vida considerado dinamicamente. Compreende a pessoa e seu meio, sem se esgotar na percepção que o indivíduo tem dele, pois envolve também variáveis não-psicológicas (biológicas, sociais e físicas), que incidem na zona de fronteira. (1983 p.26).

O espaço vital é a realidade psicológica de uma pessoa e como idealizado por LEWIN é uma representação topológica de uma situação psicológica, onde a pessoa é representada tanto como ser distinto, como parte de uma totalidade maior. Porém, a estrutura da pessoa não é uniforme e “pura”, mas sim constituída de heterogeneidades e subdividida em partes que são interdependentes. O espaço vital é compreendido como uma *região* psicológica que pode ser representada pela relação parte-todo e por numerosas dimensões, áreas, conexões, posições, tamanho e direção. Essa região psicológica inclui tanto a pessoa (“p”) como o seu meio (“m”) e ambos podem apresentar sub-regiões. Segundo LEWIN as regiões pessoa (“p”) e o seu meio (“m”), são determinantes do comportamento (“C”), permitindo formular a relação: $C = f(p, m)$. Para complementar os conceitos topológicos LEWIN introduziu o conceito de *espaço hodológico*, entendido como “um espaço composto por regiões nas quais a direção e distância são definidas por caminhos que podem ser facilmente coordenados à locomoção psicológica” (GARCIA, 1972; p.101). A partir desse conceito o meio pode, por exemplo, ser subdividido em familiares, grupos sociais, amigos, já a pessoa pode ser dividida em somente duas sub-regiões: a interpessoal e a perceptomotora. A subregião perceptomotora ocupa uma zona de fronteira entre a região interpessoal e o meio, ou seja, é uma região de maior contato com o meio. Dessa forma, a região interpessoal só afeta o meio ou é por ele afetada através da região intermediária correspondente à motricidade e à percepção (SAIDON, 1983).

LEWIN entende que através do processo de cognição a pessoa constrói estruturas mentais (crenças, opiniões, expectativas, hipóteses) que explicam a realidade e orientam para ação. As mudanças estruturais cognitivas do campo vital podem ocorrer por vários motivos diferentes: aumento ou diminuição das subregiões de acordo com a adição ou subtração de fatos novos ao espaço vital; combinação de regiões que eram separadas ou separação de regiões que estavam juntas; uma delimitação permeável pode tornar-se forte e uma forte tornar-se fraca.

3.1.2 A noção de tensão e forças psicológicas

Assim como outras teorias psicológicas LEWIN também entende que o comportamento é dirigido em função de forças psicológicas. Entretanto para estudar a importância da motivação e do desejo para o desencadeamento do comportamento de uma pessoa, ao invés de se valer de conceitos a nível intrapsíquico, que eram

utilizados na época, os substituiu pelo conceito de “sistema de tensão” que, por sua vez, implica em um campo de forças. LEWIN chamou de sistema de tensão o conjunto de forças que mobilizam, simultaneamente, a pessoa a buscar, a partir da sua relação com o meio, sua satisfação. O termo “tensão” designa o nível de energia com a qual uma região do campo se relaciona com outra região. Para LEWIN uma tensão interna provoca uma tendência a locomoção (no sentido psicológico) que visa estabelecer o equilíbrio, o que não implica na ausência de tensão, mas sim no atingimento de um nível ótimo para que o equilíbrio seja reestabelecido. Dessa forma, o que está em jogo para que determinado comportamento ocorra possui correlação direta com as forças presentes no campo vivencial da pessoa em um dado momento de sua vida. Uma vez que o espaço vital é considerado topologicamente, LEWIN introduz o conceito de locomoção psicológica que se refere à modificação na relação de posições ou de estrutura do campo de forças em diferentes momentos. Toda locomoção implica em uma mudança estrutural no espaço psicológico, pois altera o campo de forças, sendo que a locomoção se dará em direção a uma força, quando essa for distinta de zero.

3.1.3 Conceito de fronteira e barreira

A partir do conceito de tensão depreende-se que o ser humano age no mundo dirigido por forças presentes no campo vivencial. Isto é, há no campo, algo que interfere, dinamicamente, no fluxo das tensões seja para contribuir com a fluidez dessas forças ou, pelo contrário, para reter a descarga de tensões entre a pessoa e o meio, o que LEWIN chamou de “fronteiras”. Uma das características da “fronteira” é a permeabilidade e LEWIN a usa para demarcar a uma região/subregião diferenciada de outra região/subregião. Uma fronteira é cruzada em função das forças que atuam sobre ela e é determinada pela valência (atração ou repulsa as diferentes regiões do campo). Já o conceito de “barreira” refere-se a algo que oferece resistência, ou seja, impede que haja locomoção psicológica. As barreiras determinam a facilidade com que uma região pode ser alcançada pela locomoção, assim como, impedem que a pessoa apresente um comportamento de fuga frente a uma situação de conflito.

3.1.4 Conceito de Vetor e Valência

O conceito de locomoção psicológica inclui dois outros conceitos adicionais: vetor e valência. As forças psicológicas possuem natureza vetorial que designa direção, velocidade e ponto de aplicação. Etimologicamente a palavra vetor vem do latim *vector.oris*, o que significa *arrasta ou leva*, portanto, os vetores possuem propriedades que produzem locomoção psicológica, ou seja, movimentam para uma certa direção. Quando dois ou mais vetores atuam ao mesmo tempo o efeito produzido no comportamento é gerado por uma resultante de forças (valores) o que pode ser bloqueado por barreiras ou, ao contrário, modificado com alterações nas valências. As forças também possuem cargas de uma certa valência (intensidade positiva ou negativa). Assim, a pessoa se movimenta dirigindo-se ou afastando-se de objetos, pessoas e situações, respectivamente, quando estes adquirem para ela valências positivas (forças impulsionadoras que provocam locomoção) ou valências negativas (forças frenadoras que impõem barreiras). Rodrigues, esclarece o sentido de valência dado por LEWIN:

A valência é um tipo de “pedido” – ou de “ordem” – para a aproximação ou distanciamento, sempre com base em um contexto referencial, por isso não deve ser confundida com a ideia de estímulo, como na relação estímulo/resposta. (RODRIGUES; 2013 p.124)

Os pressupostos da Teoria de Campo também nos ajudam a investigar o conflito que emerge como resposta ao fenômeno do ato da escolha profissional, tornando possível abrir mão de modelos psicodinâmicos. Esses modelos referem-se ao conflito, enquanto um processo mental relacionando-o a uma antítese – existência de pares opostos. Perls, criador da Gestalt-Terapia valendo-se da concepção figura e fundo³ advinda da Psicologia da Gestalt (SCHULTZ & SCHULTZ, 1981) nos indica que compreender o conflito a partir de uma antítese, seria apegar-se a segurança do atual *status quo*. Sob o ponto de vista do conceito de figura-fundo, significaria fixar-se a um fundo, a um passado imutável ao invés de ir além, em direção a uma figura inteiramente nova. Ou seja, o conflito é justamente o meio ao qual se evita a escolha profissional. A Teoria de Campo associada com a abordagem gestáltica entende o

³ Figura/fundo é um conceito da Psicologia da Gestalt que a Gestalt-Terapia incluiu em sua fundamentação teórica. Na relação figura/fundo, a figura tem pregnância e se destaca de um fundo difuso e amorfo. O fundo diz respeito ao campo perceptual da pessoa, isto é tudo que é relativo ao organismo-meio. O significado de figura é sempre dado pela relação contextual com o fundo. Um equilíbrio saudável ocorre quando a fluidez no processo de formação figura/fundo.

conflito como um agente que estimula mudanças no campo perceptivo da pessoa, o que implica em arriscar-se numa iniciativa de se colocar em movimento e de querer mudar o estado das coisas.

Nos modelos psicodinâmicos a intervenção do orientador profissional é no sentido de auxiliar a superação do conflito vivido – a pessoa é levada a sobrepular a situação desagradável que daí advém, pois o conflito é compreendido como um desperdício de energia e fonte de sofrimento e, portanto, deletério à saúde mental e emocional da pessoa. A proposta da abordagem gestáltica nos indica uma direção contrária a esse modo de intervir na situação conflituosa. As intervenções não devem buscar estabelecer uma harmonia *a priori* entre as múltiplas forças tensionadas que estão presentes no campo psicológico da pessoa, pois apaziguar, suprimir ou anular tais forças seria intervir nos mecanismo de evitação de contato⁴ que impedem que o orientando busque, de forma processual, sua autorregulação. A facilitação do orientador com base na abordagem gestáltica deve propiciar que o orientando enxergue mais claramente a tensão gerada de uma região em relação a outras regiões, o que pode favorecer a solução do conflito em função da associação com pensamentos dicotômicos, determinista e causalidades simplistas, já que tais pensamentos não respondem pela complexidade de situações experimentadas. A pessoa é concebida como agente ativo e, como tal, busca a reestruturação dinâmica do seu campo psicológico, seja a partir da focalização do sistemas de tensão da pessoa (pessoa enquanto um ser-no-mundo), da locomoção psicológica (abertura para novos processos cognitivos) ou da permeabilidade como o mundo (o que LEWIN chamou de “invólucro externo do espaço vital”, um limite entre o espaço vital e o mundo exterior, ou seja, “não psicológico”). E é, justamente, em função desses fatores que o retorno a um estado de equilíbrio é o objetivo último de todos e não a primeira tarefa a ser tocada pelo orientador.

⁴ Contato é um conceito central na abordagem da Gestalt-Terapia. Frederick Perls, um dos criadores da Gestalt-Terapia, refere-se ao conceito de contato a partir da relação homem/meio. O contato se dá nos ciclos de encontros e retração da relação homem/meio, sendo entendido como algo dinâmico e ativo. Contatar o meio é uma capacidade natural do homem em busca do seu equilíbrio homeostático, pois é a partir do contato com o meio que o novo é assimilável e que o crescimento. Assim, para Gestalt-Terapia o conceito de saúde é definido como um estado de harmonia e equilíbrio nas relações do homem com o mundo, enquanto o conceito de neurose seria a ausência de abertura para as trocas com o meio, com intuito de obter o que precisa para manter seu equilíbrio homeostático. O rompimento do fluxo da relação homem-meio se dá pela fixação de comportamentos cristalizados, o chamado pela Gestalt-Terapia de mecanismos de evitação de contato (PERLS, 1981).

Ao longo desse capítulo, buscamos nos apoiar na noção de campo para compreender que a ação é produzida sempre em relação a um campo. Assim, o campo refere-se a “onde” e “quando” algo pode produzir uma diferença perceptiva significativa (RODRIGUES, 2013). Ao trazer essa compreensão, pretendemos polemizar modelos explicativos de entendimento que insistem em investigar o fenômeno da escolha profissional enveredando por generalizações e abstrações, ao invés de investigá-lo a partir das experiências situadas e localizadas no campo problemático onde o fenômeno *toma forma* e encontra sustentação para existir. Nosso entendimento é que, o campo de onde emerge a escolha profissional possui caráter dinâmico, levando em conta a pessoa como um existente que só pode ser compreendido a partir de suas relações complexas e únicas com o mundo (ser-no-campo), logo há uma multiplicidade de respostas acerca do porquê, para alguns escolher um projeto profissional não é um processo linear, assertivo e seguro.

Ressaltamos que o apresentado aqui sobre a Teoria de Campo, não pretende trazer toda robustez das representações matemáticas do espaço vital desenvolvido por LEWIN, pois seria um esforço demasiadamente desnecessário para o que se pretende que é, essencialmente, propor novas alternativas para se pensar a motivação para escolha e os caminhos percorridos para a decisão da profissão. Nossa intenção aqui foi resgatar uma das bases da abordagem gestáltica que preconizam a ideia de que um fenômeno não se constitui em uma expressão isolada, mas sim como uma expressão de forças múltiplas.

Há ainda uma questão a ser pontuada, que diz respeito ao conceito de campo (ou meio) idealizado por Kurt Lewin e a noção de rede concebida pela TAR. A presente pesquisa não almeja apontar convergências ou divergências acerca das concepções de campo e rede, mas articulações possíveis. No entanto, arriscamos um entendimento provisório. A Teoria de Campo emprega o termo “campo” ou “meio” como referência de “quando” e “onde” algo pode produzir uma diferença na percepção da pessoa, em uma dimensão determinada por unidades situacionais que focaliza o momento presente mas não restrita a ele, pois se articula com passado e projeta possibilidades futuras. Muito embora, LEWIN tenha desenvolvido uma teoria que se contrapõe ao entendimento dualista, dicotômico e reducionista presente em muitas pesquisas, percebemos que ainda há resquícios da Psicologia moderna, pois suas explicações acerca do fenômeno do comportamento ainda dicotomizam entre proposições de cunho psicológico e não psicológico. Somos levados a essa

compreensão, em função do conceito de intencionalidade presente na Teoria de Campo. O meio a qual LEWIN se refere é o *meio fenomenológico* - o ambiente tal como é percebido e interpretado pela pessoa. Nesse aspecto, a teoria de LEWIN prioriza um humano munido de intencionalidade que a partir do uso da cognição e dos processos psicológicos, conhece e age na realidade. A noção de rede da TAR é construída se contrapondo ao viés fenomenológico que para LATOUR coloca o indivíduo como participante único e intencional da ação, não admitindo que haja outras ações além das praticadas intencionalmente pelos homens (2012; p. 95). A TAR entende que tanto humanos como não humanos criam acontecimentos a partir de suas associações em rede e que o elemento não humano também age, uma vez que possui agência. Nessa perspectiva, a TAR abandona a categórica divisão entre ação humana intencional e o mundo material de causalidade.

3.2 Que realidades a prática da orientação profissional, faz existir?

Iniciamos esse item com uma pergunta e a desdobramos em outra, um pouco mais específica: em que medida a OP é uma prática que funciona como um duplo movimento? Ou seja, produz um saber a partir de suas práticas (pesquisas, discursos, técnicas, atividades, testes etc.) afirmando o fenômeno da escolha profissional como a causa e a origem do conflito e, ao mesmo tempo, credencia seus serviços como aptos para solucionar esse conflito. Acreditamos que esse duplo movimento possa colocar em perspectiva a relação dinâmica entre o que é produzido nas pesquisas e como essas constroem narrativas acerca da escolha profissional, como um processo experimentado pela ótica do desconforto e do sofrimento.

A partir de muitas leituras de referência (artigos, anais, livros e pesquisas científicas) no campo OP, mas também das narrativas coletadas na prática clínica como orientadora profissional e do conhecimento não científico que circula no senso comum, parece-nos que, predominantemente, só há um conjunto de verdades a ser concebida para o processo de escolher uma profissão. Uma versão epistemológica específica, única, normativa e de caráter assertivo que descarta outras ontologias e, portanto, outras possibilidades de um fenômeno ser experimentado e manifestado. Isto porque, os relatos de pesquisa restringem a existência de novas versões acerca do fenômeno ao oferecer apenas “variações sobre o mesmo tema”, ou seja, a prática clínica do orientador profissional é sustentada por modelos teóricos que partem, em

sua maioria, dos mesmos argumentos. No geral, as pesquisas se concentram em estudos empíricos e há uma predominância em estudos de verificação da qualidade de instrumentos e uso de técnicas de pesquisas voltadas, principalmente, para o desenvolvimento vocacional. Identificamos que “desenvolvimento vocacional” parece o mote que serve para justificar todos os atravessamentos vividos por aqueles que não apresentam a prontidão para a escolha profissional. A premissa de uma maturidade vocacional implica a existência de um conjunto de recursos (responsabilidade, atitude, comportamento e conhecimento) que precisam ser atingidos, para que a escolha seja configurada como madura e consciente. Assim, para resolver a sua situação dilemática a pessoa deve evoluir no seu estágio de desenvolvimento humano, pois há dimensões que se apresentam de forma deficiente ou insatisfatória e que, portanto, caberia a orientação profissional a tarefa de promover ferramentas objetivando a superação de dissociações e o desenvolvimento de atributos necessários para alcançar a maturidade vocacional.

Outra questão que entendemos que deva ser problematizada quanto aos efeitos produzidos pelos relatos de pesquisa diz respeito a questão do conflito. No geral, o conflito é explicado como resultante do confronto de uma realidade interna com uma realidade externa (fatores/variáveis externos). A ideia de “variáveis ou fatores externos” poderia ser entendida como similar a “contexto”. Como já vimos, na perspectiva da TAR o termo “contexto” é inócuo, pois se trata de concepções genéricas e abstratas que nada acrescentam as pesquisas. O mesmo acontece com o uso da palavra conflito, que é empregada como se não houvesse mais nada a explicar a respeito das suas causas e efeitos na experiência humana. O que implica dizer que é tratado pelo caráter de categoria - um sofrimento universal vivido da mesma forma por todos. A questão não é negar que situações conflituosas existam e muito menos desacreditar sentimentos e sensações que perpassam o processo de escolha profissional, mas sim que esses precisam ser melhor estudados, buscando-se acompanhar as forças (humanas e não humanas) que associadas entre si produzem modos singulares de experienciar as situações.

As questões colocadas aqui partem do argumento de MOL (2007), no que diz respeito a dimensão política e ontológica das práticas de pesquisas e suas articulações cotidianas. Desse modo, o pensamento de MOL nos convida a seguinte constatação: o que, usualmente, é chamado de “maturidade vocacional” emerge como o efeito de verdades postuladas pelas pesquisas de OP, assim como, a compreensão

de que: “conflito é algo inerente a escolha profissional”. Isto é, são performatizados pelo o engendramento das práticas (métodos, discursos, artigos científicos ou não, testes psicológicos ou não, atividades, narrativas, intervenções terapêuticas, palestras, entrevistas etc.) que circulam por diversos canais. A partir desse viés, torna-se relevante e necessário indagar se os efeitos das práticas de OP não estariam corroborando para que o sofrimento seja relacionado ao modo singular como a pessoa experimenta seu processo de escolha profissional.

Ainda seguindo a proposta de MOL (2008), no que diz respeito as possibilidades do cuidar, nos chama a atenção o fato do campo da OP parecer estar mais inserido em uma “lógica da escolha (logic of choice)” do que em sua contraposição a “lógica do cuidado (logic of care)”. Chegamos a essa conclusão a partir do pensamento que supõe a escolha profissional como um ato deliberado por um indivíduo autoconsciente, autocentrado e detentor de um conhecimento de si e do mundo do trabalho – o que se confunde com uma informação superficial e tendenciosa, pois, como dito anteriormente, os orientadores profissionais, em sua maioria, pouco conhecem a dinâmica do mundo do trabalho. As intervenções são manejadas desarticulando a pessoa do seu campo vivencial e sem levar em conta que o ato da escolha é atravessado por uma rede coletiva de forças híbridas que associadas e conectadas entre si produzem sentidos e promovem diferentes expressões de afeto. Assim, ao priorizar a pessoa como indivíduo autônomo reitera uma lógica da escolha alienando a pessoa de uma rede de cuidados que até pode ser frágil, mas não significa dizer que não haja.

Cabe reiterar que nosso interesse com essas questões não é, meramente, refutar os argumentos existentes e, com isso, disseminar novas verdades sobre o fenômeno estudado, mas sim convidar os pesquisadores do campo da OP a experimentar outras formas de investigar os fios condutores que constituem a escolha profissional. Para isso, é preciso abandonar a segurança de um conhecimento generalista que se propõe aplicável a qualquer pessoa e situação por ela experimentada. E, principalmente, repensar a OP nos termos definidos por MOL (2007) de política ontológica e como uma prática de cuidado (2008). A OP ao desconsiderar essas questões incorre no risco de se tornar uma prática que resvala para a culpabilização e responsabilização da pessoa que, por vezes, no seu caminho de escolher, hesita e sofre, como se essa fosse uma questão exclusivamente dela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa, apresentamos argumentos e metodologias “não modernas” de pensar a prática da OP. Através da TAR e da abordagem gestáltica, especificamente a Teoria de Campo, enfocamos questões que precisam ser superadas para que o campo da OP possa, enfim, se situar no cenário atual, pois não se extrai nada de produtivo em se conceber o trabalho da OP com discursos, técnicas e saberes que remontam há décadas atrás. A distância das décadas precisa ser melhor avaliada pelos novos e inesperados mediadores que serpenteiam, incansavelmente, estabelecendo associações híbridas, heterogêneas e impregnadas de complexidade que, por sua vez, transformam e modificam significados e sentidos no modo de se pensar a relação do homem com o trabalho e, como efeito, tornam a escolha profissional mais tensionada. Assim, não se trata apenas de uma simplificação do tipo “o mundo mudou”, mas sim de pensarmos o que isso significa em nossas práticas como pesquisadores e orientadores profissionais, principalmente, nesta aqui em questão: a orientação para uma “boa” escolha profissional.

Num mundo que coloca em primeiro plano a dimensão trabalho em detrimento as outras dimensões da vida e que impõe condições, cada vez mais complexas e desumanas a existência, o campo da OP, como uma prática de inserção da pessoa no mundo do trabalho, deve, urgentemente, estar atento aos imperativos e imposições de uma escolha que privilegia certos fragmentos da realidade, corroborando com a cristalização de hipóteses e valores que massificam a experiência humana.

Assim, mediados pela TAR e a abordagem gestáltica, procuramos, de forma ainda embrionária, apresentar caminhos que possam servir de alternativa aos já percorridos pelas práticas atuais da OP, como também indicar lacunas que precisam ser melhor investigadas pelos pesquisadores desse campo. A abordagem gestáltica contribuiu com sua compreensão integrativa de homem, como sujeito único e singular e por sua metodologia de intervenção clínica que não parte de interpretações e nem de modelos teóricos que determinam *a priori* a experiência humana, pois se volta para pessoa concreta e sua situação particular no momento presente. Enquanto, a TAR nos ofereceu um olhar ousado e singular para a relação imbricada entre humanos e coisas e como esses interagem tecendo uma rede de mediadores que constroem realidades que mobilizam, capturam e enquadram, levando a escolher certas profissões ou a deixar de escolher tantas outras.

Nosso diálogo com as práticas de OP, foi direcionado no sentido de promover uma provocação na suposição de que há um conjunto de verdades irrefutáveis, pois são, suficientemente, boas, válidas e objetivas. Acreditamos que tal suposição restringe, ou mesmo não permite, a possibilidade de novas versões e, por efeito, a produção de novas realidades acerca do fenômeno da escolha profissional. Portanto, com intuito de mapear controvérsias e fornecer rotas que tragam novos agentes para a pesquisa de OP, indicamos alguns fios condutores que podem deslocar certos engessamentos na prática OP. Cabendo ressaltar, que esses precisam de um maior aprofundamento por parte de outras pesquisas. As questões colocadas abaixo, sinteticamente, dizem respeito ao campo da pesquisa de OP, mas também a prática clínica:

- a) Que contraponham as certezas e estabilidades sustentadas por generalizações e universalizações que disseminam verdades acerca do fenômeno da escolha profissional no que concerne ao que ele é, *de que matéria é feito e como este opera* sem, contudo, considerar a existência singular de cada pessoa e sua situação como particular é única;
- b) Que substituam pressupostos dicotômicos e dualistas que segregam, artificialmente a realidade cindindo-a em: sujeito-objeto, indivíduo-sociedade, influências internas-externas, “aqui dentro”-“lá fora”, por uma perspectiva holística embasada no conceito de totalidade, que compreende o fenômeno a partir da interação dinâmica da relação parte-todo. Pois, a dissociação do fenômeno em partes implica somente em versões fragmentadas a respeito dele;
- c) Que considerem o fenômeno abandonando explicações simplistas e reducionistas, mas sim como efeito de uma rede intrincada, heterogênea e complexa constituída por uma infinidade de actantes humanos (profissionais, familiares, amigos, orientadores profissionais) e não-humanos (livros, sites de buscas, testes psicotécnicos, artigos, publicidade, narrativas, “políticas de ensino”, vagas oferecidas “sistemas econômico-financeiros”, Enem etc.) que associados constituem a rede de onde o ato de escolher emerge. Assim, o que leva uma pessoa a agir e escolher uma profissão é bem

- mais complexo, incerto e múltiplo do que as explicações que, habitualmente, são dadas pelas práticas em OP;
- d) Que levem em conta que a ação não é mobilizada somente pela intenção humana há também um aparato de não humanos que associados aos humanos agem e que fazem agir mobilizando para a escolha e a decisão;
 - e) Que se debrucem na investigação dos sentidos e significados do trabalho produzidos por coletivos de singularidades, mas que as discussões sejam a partir da descrição do intrincado entrelaçamento de incontáveis atores e não por categorias rígidas e conceitos abstratos tais como: ideológicos, sociais, econômicos, políticos, psicológicos e não psicológicos. Isto porque, argumentos que se valem de estruturas abstratas não são suficientes para justificar os modos e as condições em que estas operam;
 - f) Que refutem uma noção de sujeito centrada na individualização, disseminando a ideia de um sujeito que se autorregula não a partir da interação com o mundo, mas “consigo mesmo”; autocentrado e, portanto, alheio a dimensão coletiva da existência e, por fim, autoconsciente. Pois, tal noção enxerga a escolha profissional como um ato isolado da pessoa, reduzindo o fenômeno a termos meramente psicológicos. Mas que invista em uma noção de sujeito concebido por uma perspectiva relacional, processual e o efeito de um entrecruzamento de determinações coletivas é heterogênea e que só pode ser compreendido a partir de suas relações complexas e únicas com o mundo;
 - g) Que concebam que às práticas de OP (pesquisas, técnicas, atividades, testes psicométricos, testes lúdicos, artigos, teorias, livros, palestras, debates acerca da escolha profissional) se inserem em uma dimensão performativa que produz realidades no sentido compreendido como Política Ontológica (MOL, 2007). Portanto, o pesquisador precisa estar atento com o mundo que engendra em seus relatos de pesquisa, pois toda pesquisa intervém na realidade modificando e até mesmo suscitando o surgimento de novas ontologias;

- h) Que as intervenções do orientador profissional sejam situadas no campo de forças tensionadas de onde o fenômeno da escolha profissional emerge e não distanciado do campo problemático, pois do contrário incorreriam em abstrações. O desafio é descrever e acompanhar que forças se fazem presentes nesse campo tendo como norte as seguintes indagações: Como essas forças interagem? Que tensões aceleram ou desaceleram o movimento? Em que direção, intensidade e ponto de aplicação apontam os vetores?. Essas questões colocam o orientador no centro emblemático do seu campo de trabalho: escolhas implicam em riscos;
- i) Que concebam o ato da escolha profissional como um processo recalitrante, um caminho percorrido, também, a partir da existência de desvios, paradas, errâncias e das afetações daí advindas. Possibilitando que a pessoa percorra esse caminho com maior fluidez de movimentos e que a escolha possa ser constituída em processos mais amplos de construção de si mesmo;
- j) Que o campo da OP não se configure a partir de uma lógica que centra o problema da escolha, exclusivamente, na pessoa que escolhe, o que MOL (2008) chamou de lógica da escolha e a contrapôs com a lógica do cuidado. Ou seja, que não se dê afirmando ou mesmo por meio da associação de ideias que induzam a mensagem: “essa é sua vida, você decide o que fará dela”. Com isso, não queremos negar a experiência de *ser-no-mundo*, mas sim ressaltar que *ser-no-mundo* não significa *só-no-mundo*. Mas, pelo contrário, enfatiza a ideia de que escolher e decidir é, sobretudo, uma experiência relacional. Na perspectiva da TAR, é efeito (e não consequência) da relação de diversos elementos (humanos e não humanos). Nosso ponto aqui, é que a *lógica da escolha não pode ser o critério predominante em um processo que se dá em uma rede de coletivos*. A prática clínica da OP deve levar em conta que o cuidado circula nas redes e que é preciso recorrer a elas para que as incertezas que atravessam a construção da escolha sejam se não diluídas, pelo menos, compartilhadas;

- k) Que o fenômeno da escolha profissional deixe de ser concebido somente pela premissa do desenvolvimento vocacional, que, pelo seu tom valorativo, acaba imputando na pessoa que escolhe tanto a responsabilidade pela instauração de uma interioridade conflituosa, como a busca para resolver seu conflito interno. Cabendo ainda indagar, se ao tratar o conflito como uma categoria universal, as práticas de OP não estariam o transformando em um sentimento natural e ditando assim leis psicológicas válidas para todos.

Acreditamos ter ressaltado o caráter dinâmico, processual e recalcitrante do processo de escolher uma profissão, levando em conta a complexidade de uma infinidade de forças híbridas e heterogêneas que entrelaçadas, produzem e são produto, a um só tempo, de afetos, e de diferentes expressões de como somos afetados pelo mundo. É por via da relação dialética com o mundo que os sentidos e significados, sempre localizados e singulares, vão sendo tecidos e é da composição dessa tessitura que a ação de escolher e decidir é *feita*.

Por fim, esperamos ainda ter deixado claro que o ponto essencial dessa pesquisa é que ela seja encarada como um mediador, como compreendido pela TAR, ou seja, que produza diferença na maneira de se investigar o fenômeno da escolha profissional, mobilizando ainda mais mediadores. Nosso desejo, é que as pesquisas futuras possam trazer para luz os muitos elementos não-humanos que ficaram invisíveis por todo esse tempo pelas explicações que, reiteradamente, não só repetem a causa como a pressupõe como efeito.

Finalizamos nosso entendimento reiterando que escolher uma profissão não é um ato de um indivíduo que atua sozinho e nem tão pouco atua por si mesmo, mas sim um ato da pessoa, *que só o é num conjunto de modos de existência, ou seja, o que se é não é um atributo individual e isolado, mas que personifica em si mesmo uma multiplicidade singular (LAW, 2004)*. Partindo dessa premissa, o ato da escolha profissional se situa em uma rede tão imbricada que não está claro *quem e o que faz escolher*.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos)
- ARENDT, R. J. J.; MORAES, M. O. O projeto ético de Donna Haraway: alguns efeitos para a pesquisa em psicologia social. **Pesquisas e práticas psicossociais**, São João del Rei, v. 11, n. 1, p. 11-24, 2016.
- ARENDT, R.; QUADROS, L.C.T.; MORAES, M.O. Digressões acerca da Noção de Estilo: Contribuições para uma Perspectiva Não Moderna do eu. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 31, e 188953, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822019000100211&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 Mar. 2020.
- BOCK. S. D. **Orientação profissional: a abordagem sócio-histórica**. 4. ed. amp. São Paulo: Cortez, 2018.
- BOHOSLAVSKY, R. **Orientação Vocacional: a estratégia clínica**. São Paulo: Martins Fontes, 1982. (Original publicado em 1971)
- LIMA, P. Holismo. In. D'ACRI, G.; LIMA, P.; ORGLER, S. (org.). **Dicionário de gestalt-terapia: "Gestaltês"**. São Paulo: Summus, 2012. p.142.43
- FILHO, K. P. Escolha Profissional e Atualidade do Mercado de Trabalho. In: SOARES, P. H. D. (org). **Pensando e Vivendo a Orientação Profissional**. São Paulo: Summus, 1993. p. 109-116
- FONSECA, G. M. T. **Modos de trabalhar, modos de subjetivar: tempos de reestruturação produtiva: um estudo de caso**. UFRGS Editora, 2002.
- FURTADO, C. **Celso Furtado Essencial**. D'Aguiar, R. F. (org.) Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2013.
- GARCIA, A. L. **Psicologia Estrutural Em Kurt Lewin**. Rio de Janeiro :Vozes, 1972.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, v. 5, 1995. p.7-41.
- MOL, A.; LAW, J. Embodied action, enacted bodies: the example of hypoglycaemia. **Body & Society**, v.10, n. 2-3, 2004. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1357034X04042932> Acesso em: 4 de abril, 2006,
- LAW, J. **After Method: Mess in social science research**. New York: Routledge, 2004
- LAW, J.; MOL, A. The actor-enacted: Cumbrian sheep in 2001. In: LAW, J.; MOL, A. (org.). **Material Agency**. New York: Springer US, 2008. p. 57-77
- LATOURETTE, B. **A Esperança de Pandora: Ensaio sobre a Realidade dos Estudos Científicos**. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LATOURE, B. **Reagregando o Social**: uma introdução à teoria ator rede. Salvador - Bauru: Edufba, 2012

LISBOA, M. D. A formação do orientador profissional e a utilização de técnicas em O.P. **Revista da ABOP**, v. 3 n. 1, p. 59-68, 1999.

LISBOA, M.D. **Orientação profissional e o atual mundo do trabalho**: a busca de um novo significado frente a um novo cenário. 2002. 424 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

LISBOA, M.D. Orientação Profissional e de Carreira: Como a Psicologia tem ocupado e desenvolvido este espaço de atuação? In: CONGRESSO DE PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO DO CENTRO-OESTE PAULISTA, 1., 2014. São Paulo. **Anais**. São Paulo: Unesp., 2014.

MENDES, A. M. Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. In: MENDES, A. M. (ed.). **Psicodinâmica do trabalho**: Teoria, método e pesquisas. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2007. p. 23-48

MOL, A. Ontological Politics: a word and some questions. In: MOL, A.; LAW, J.. (org.). **Actor Network Theory and After**. London: Blackwell, The Sociological Review, 1999. p.74-89

MOL, A. Política ontológica. Algumas idéias e várias perguntas. In NUNES, J. A.; ROQUE, R. (org.). **Objectos impuros: experiências em estudos sociais da ciência**. Porto: Edições Afrontamento, 2007. p.22-40.

MOL, A. Actor-network theory: sensitive terms and enduring 2010. Disponível em: <<http://dare.uva.nl/document/2/90295>>. Data de acesso: 20. nov. 2019

MOL, A. **The logic of care**: health and the problem of patient choice. London: Routledge, 2008

MORAES, O. M. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, M.; KASTRUP, V. (org.). **Exercícios de ver e não ver**: arte de pesquisa COM pessoas com deficiência visual. Rio de Janeiro: Nau, 2010. p 26-51.

MORAES, Marcia. O pesquisar em ação. **Fractal**: Rev. Psicol., Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 661-664, Dec. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922012000300015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 fev. 2020.

MORAES, O. M.; ARENDT, R. J. J. Contribuições das investigações de Annemarie MOL para a psicologia social. **Psicologia em Estudo**, v. 18, n. 2, p. 313-322, 2013.

PERLS, F. S. **A Abordagem gestáltica e a testemunha ocular da terapia**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981.

PERLS, F.; HEFFERLINE, R.; GOODMAN, P. **Gestalt-Terapia**. F. R. Ribeiro, Trad. São Paulo: Summus, 1997. (Originalmente publicado em 1951)

QUADROS, L. C. T. Uma trama tecida com muitos fios: O pesquisar como processo artesanal na Teoria ator-rede. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 15, n. 4, p.

1181-200, 2015. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/20253/14596>

RIBEIRO, M.A.; UVALDO, M.C.C. Frank Parsons: Trajetória do pioneiro da orientação vocacional, profissional e de carreira. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 8, n. 1, p. 19-31, 2007

RODRIGUES, H. E. Relações entre a Teoria de Campo de Kurt Lewin. In: FRAZÃO, L. M.; FUKUMITSU, K. O. (org.). **Gestalt-Terapia Fundamentos Epistemológicos e Influências Filosóficas**. São Paulo: Summus, 2013.

ROZA, L.A.G. **Psicologia estrutural e Kurt Lewin**. Rio de Janeiro, Editora Vozes Limitada, 1972.

SAIDON, O. **Práticas Grupais**. Campus, 1983.

SCHULTZ, P.; SCHULTZ, S. E. **História da Psicologia Moderna**. São Paulo: Cultrix, 1981.

SILVA, A. M. C. **Orientação profissional, a invenção dos possíveis: escolhas profissionais do século XXI**. Rio de Janeiro, 2016.

SPARTA, M. O desenvolvimento da orientação profissional no Brasil. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 4, n. 1-2, p. 1-12, 2003.

TORRES, M. L. C. Orientação Profissional Clínica Uma Contribuição Metodológica. In: LEVENFUS, R. S.; SOARES, D. H. P. (org.). **Orientação vocacional e ocupacional: Novos achados teóricos, técnicos e instrumentais para a clínica, a escola e a empresa**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p.81-90